

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO
CONCORRÊNCIA CO–SMH Nº 90031/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da do **SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO**, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, por meio eletrônico, pelo critério de julgamento técnica e preço, para a realização, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, dos serviços de engenharia devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência ou Projeto Básico e/ou, quando for o caso, no Projeto Executivo, na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Municipal nº 2.816/1999, pela Lei Municipal nº 4.352/06 e pelos Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 21.682/02, 27.078/06, 27.715/07, 31.349/09, 33.971/11, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022 e 51.635/2022, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pelo Governo Federal, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização da Concorrência Eletrônica.

1.3.1 – O Edital será disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (E-Compras-Rio), no <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5.1 – Será assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação e/ou apresentação de recurso dos interessados, contados da data da anulação ou revogação da concorrência.

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: bmalves@prefeitura.rio.

1.6.1 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: bmalves@prefeitura.rio.

1.7.1 – Caberá ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão pública de abertura da licitação será realizada nos prazos indicados no item 3.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização do Sr. Subsecretário de Habitação (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº HBT-PRO-2025/01357 de 24/09/2025, publicação no D.O. Rio de 10/11/2025.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 19 de junho de 2026, às 11:00hs (onze horas), o Presidente da Comissão/ Agente de Contratação iniciará a sessão pública da CONCORRÊNCIA CO – SMH Nº 90031/2026, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto do presente Contrato é para contratação de serviço especiais de engenharia de Apoio ao Gerenciamento para realização de projetos, acompanhamento de Obras e Trabalho Técnico Social em assentamentos informais nas diversas Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro, sob regime de Empreitada por Preço Unitário conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico (Anexo II) do processo administrativo nº HBT-PRO-2025/01357.

4.2 – É considerada parcela de maior relevância técnica:

	Parcelas de maior relevância técnica	Total a ser contratado	Comprovação de execução (40%)
1	Experiência em Gerenciamento de projetos abrangendo elaboração, revisão e adequação de projetos de urbanização em assentamentos subnormais;	900.000,00 m²	360.000,00 m²
2	Experiência em Gerenciamento de obras, acompanhamento e fiscalização de intervenções em programas de urbanização integrada em assentamentos subnormais;	6.428 domicílios	2.571 domicílios
3	Experiência em gerenciamento de atividades sócio educativas e assistenciais, avaliação do alcance social dos projetos, serviços e obras e apoio às intervenções em favelas desenvolvendo metodologias para planejamento e divulgação.	6.428 domicílios	2.571 domicílios

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO nº: 3202.16.451.0605.1322

NATUREZA DE DESPESA nº 4.4.90.51

5.2 – O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se no Anexo III, totalizando a importância de R\$ 66.552.724,01 (sessenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, setecentos e vinte e quatro reais e um centavo). O orçamento estimado tem por base a Tabela de Preços do Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia – SCO-RIO referente ao mês de IO=08/2025, nos termos do Decreto Municipal nº 15.307/96.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é do tipo **técnica e preço**.

7. PRAZOS

7.1 - O Contrato vigorará a partir da assinatura até **720 (setecentos e vinte) dias**, contados a partir da assinatura do memorando de início, em perfeita obediência ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo III).

7.1.1 - O prazo para o início dos serviços será de 7 (sete) dias contados do recebimento do memorando de início.

7.2. O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e junto ao Sistema Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP - Brasil.

8.2 – Para participação na Concorrência Eletrônica, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo à Concorrência Eletrônica e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na Concorrência Eletrônica por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Concorrência Eletrônica.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

8.9 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico–financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico–financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

8.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico–financeira apresentados à ocasião do certame.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.13.1 - Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflito de interesses, tráfico de influência ou qualquer das vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.2.1 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens 9.1.1 e 9.1.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à Concorrência.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS, DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, as propostas de Técnica e de Preço, este com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata o item 10.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no menor preço global do objeto licitado.

10.2 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas de Técnica e de Preço e de julgamento.

10.3 – No cadastramento das propostas técnica e comercial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4 - A falsidade das declarações de que tratam os itens 10.3.1/10.3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

10.5 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas técnica/comercial inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.5.1– Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase de apresentação de propostas.

10.5.2 – Os documentos complementares às propostas de Técnica, de preço e de habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados apenas pelo licitante mais bem classificado após o encerramento da etapa competitiva, em formato digital, nos termos do item 12.6.

10.5.3 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.5.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.5.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5.5 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após o julgamento das propostas.

10.6 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução do contrato, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.7 – O valor total da proposta de Preço, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas de Preço apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.7.1 – O valor devido a título de contraprestação pela execução dos serviços de engenharia será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de

contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.7.2 – Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.8 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todo o objeto contratado.

10.9 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação.

10.10 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A SMH, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.11 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.12 - O licitante deverá enviar sua proposta Técnica, através do sistema eletrônico, contendo todos os requisitos e documentos exigidos no Termo de Referência, Anexo II deste Edital.

10.13 - O licitante deverá enviar sua proposta de Preço mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.

10.14 - Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.2 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.3- Iniciada a sessão pública, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 16 deste Edital.

11.3.1 - Eventual postergação do prazo a que se refere o item anterior deve ser comunicada tempestivamente pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, via sistema.

11.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão/Agente de Contratação e os licitantes.

11.5 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital e nos seus Anexos.

11.6 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.7 – A desclassificação das propostas será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes

11.8 - A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no item 14 deste Edital.

11.9 - A análise dos quesitos de natureza qualitativa das propostas de Técnica será realizada pela banca designada observados os requisitos e documentos exigidos no item 14 deste Edital.

11.10 - Na análise das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o item 14 deste Edital.

11.11 - Concluída a avaliação e ponderação das propostas Técnicas o Presidente da Comissão/Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

11.12 – Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021), e nos termos da Resolução SMI “N” nº 02, de 20 de maio de 2025.

11.12.1– Serão consideradas relativamente inexequíveis as propostas de Preço cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.12.2 – A inexequibilidade de que trata o subitem anterior só será considerada após diligência do Presidente da Comissão/Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, que averiguarão se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado, demonstrando a exequibilidade de sua proposta de Preço.

11.13 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta de Preço for inferior a 85% 8 (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta de preço, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

11.14 - Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o disposto no item 14 deste Edital.

11.15 - Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.3 e 11.3.1, o sistema ordenará e divulgará as notas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas de Técnica e Preço da presente licitação, será adotado o critério do tipo Técnica e Preço, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa competitiva da concorrência eletrônica, tenha apresentado a maior Nota Final, conforme item 14 do edital.

12.2 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3 - Na hipótese de o disposto no item 12.2 não ser suficiente para solucionar o empate, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

12.4 – Haverá um prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Presidente da Comissão/Agente de Contratação no sistema, para corrigir documentos enviados anteriormente que apresentem erros e falhas ou acrescentar documentos ausentes identificados pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação e pela equipe de apoio, além dos documentos complementares conforme o item 10.5.2. É facultado ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

12.5 – A SMH poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.5.1– Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

12.5.2- Na hipótese de não realização ou de rejeição da demonstração apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

12.6 – Encerrada a etapa competitiva com a classificação das Notas Finais em ordem decrescente dos valores, passará o Presidente da Comissão/Agente de Contratação ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da maior Nota Final, por meio de consulta on line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Portal de Compras do Governo Federal, observado o item 12.6.

e) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 13.5 A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.7 – Se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação examinará a licitante com Nota Final subsequente na ordem de classificação, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de licitante com Nota Final classificada que atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.8 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas de preço e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.6.

12.9 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.10 - Erros no preenchimento da Planilha da Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.11 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstrações, o licitante com Nota Final classificada em primeiro lugar deverá apresentá-las, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

12.12 - Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das demonstrações, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.13- Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.14 - No caso de não haver entrega da demonstração ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, a proposta do licitante será desclassificada.

12.15 - Se a(s) demonstração(ões) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Presidente da Comissão/Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da licitante com Nota Final classificada em segundo lugar. Seguir-se-á com a verificação da(s) demonstração(ões) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.16- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação examinará a documentação da licitante com Nota Final subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atendam ao presente edital.

12.17 - A verificação pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.18 - Constatada a regularidade dos atos praticados pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, a autoridade competente adjudicará o item da licitação à licitante vencedora e homologará.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.7 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor deste Município, desde que dentro do prazo de validade e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos: Anexo I.A - LEI FEDERAL Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013; Anexo I.B - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA; Anexo IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO; Anexo V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO; Anexo VI - DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; Anexo VII - DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003; Anexo VIII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; Anexo IX - DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO; Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO; Anexo XI - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA;

13.5 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante

decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5 a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, na forma do Anexo VI.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvados os consórcios composto exclusivamente de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPPs), conforme o § 2º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões do 2º Ofício de Registro de Distribuição.

(B.3.1) A Pessoa Física ou Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar também as certidões emitidas pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.2) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.3) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a concessão de recuperação judicial, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.3.4) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a homologação da recuperação extrajudicial, na forma do art. 162 ou do § 5º do art. 164 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.4) O MEI (Microempreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor Individual.

(B.5) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo IX do Edital de Concorrência Eletrônica nº 90031/2026.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) No caso de licitante em recuperação judicial, devidamente comprovada nos termos do item 13 (B.3.3), a documentação indicada nos itens 13 (C.3), (C.4) e (C.5) poderá ser substituída por comprovação de decisão judicial em vigor, que determine a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 11.101/2005.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Certidões emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> ou outro que venha substituí-lo.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro no CREA no Ramo da Engenharia Civil ou Arquitetura do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU. Será aceito registro no CAU para os serviços que sejam atribuição do profissional de arquitetura.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado (s) de Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo conselho de fiscalização profissional competente, vinculados a parcela de maior relevância técnica disposto no subitem 4.2 do edital.

(E.3) Prova de disponibilidade de profissional, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, detentor de certidões ou atestados de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, demonstrando capacidade técnico-profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, vinculados a parcela de maior relevância técnica disposto no subitem 4.2 do edital.

(E.4) Será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.5) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.6) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Agente de Contratação e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

(E.7) Prova, feita por intermédio da apresentação de DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO da licitante, na forma do Anexo X, de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal no 14.133/2021.

14. PROPOSTA TÉCNICA

14.1 - A avaliação da Proposta Técnica será feita levando-se em consideração, a clareza, objetividade e consistência, o atendimento às especificações ao Edital e respectivo Termo de Referência, na confiabilidade e experiência, tanto da licitante, quanto da equipe técnica principal. Serão atribuídas notas de acordo com seus níveis de adequação, devendo a proposta estar constituída de elementos suficientes para uma correta avaliação. As notas calculadas serão, quando for o caso, arredondadas até os centésimos, consoante norma da ABNT NBR 5891 Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

14.1.1 Critérios de Avaliação da Proposta Técnica

A. CONHECIMENTO DO OBJETO → VALOR MÁXIMO = 20 PONTOS

CONHECIMENTO DO OBJETO → VALOR MÁXIMO = 20 PONTOS

A licitante deverá demonstrar, através de uma dissertação de, no máximo 25 (VINTE E CINCO) páginas, sendo, no máximo, 20 páginas no formato A4 e 5 páginas no formato A3; deverá ser utilizada a fonte Arial, tamanho 11, espaçamento 1,5, margens 3 cm (superior/esquerda) e 2 cm (inferior/direita), alinhamento justificado. O pleno conhecimento das especificidades do trabalho que se propõe a executar em favelas, loteamentos e assentamentos informais, demonstrado conhecimento dos procedimentos específicos, nas questões ligadas ao gerenciamento de projetos, execução de obras de urbanização e trabalho social, contemplando a coordenação, assessoramento técnico, supervisão, fiscalização, elaboração de estudos técnicos, relatórios, elaboração e revisão de projetos, controle de custos, elaboração de Termos de Referência, acompanhamento de contratações e da execução de contratos da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

Serão atribuídas notas no intervalo de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos, no máximo, observando-se os quesitos seguintes e os critérios do Item F:

QUESITO	DISCRIMINAÇÃO	Completo e Inovador	Completo	Incompleto	Incorreto ou omitido
A.1	Conhecimento geral de favelas e loteamento e assentamentos informais na cidade do Rio de Janeiro	3	2,4	1,5	0
A.2	Conhecimento da execução das atividades constantes das condições gerais da contratação	7	5,6	3,5	0
A.3	Conhecimento das disciplinas dos projetos, obras e serviços a serem desenvolvidos e potenciais interferências entre elas	7	5,6	3,5	0
A.4	Aspectos relevantes a considerar no desenvolvimento do trabalho, problemas potenciais e possíveis soluções	3	2,4	1,5	0
TOTAL ITEM A - Conhecimento do Objeto		20	16	10	0

B. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA - VALOR MÁXIMO = 25 PONTOS

O item Plano de Trabalho e Metodologia consiste na apresentação da sistemática proposta para a execução de projetos, o apoio ao gerenciamento de execução de obras e trabalho social e demais itens

descritos no item 4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO, contemplando a coordenação, assessoramento técnico, supervisão, fiscalização, elaboração de estudos técnicos, relatórios, elaboração e revisão de projetos, controle de custos, elaboração de editais, acompanhamento de contratações e da execução de contratos.

A licitante deverá realizar uma descrição das atividades e tarefas, de forma detalhada para o desenvolvimento, indicando o Plano de Trabalho e a Metodologia a ser utilizada na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, devendo ser apresentado o organograma da equipe, bem como o fluxograma de atividades proposto. Estas informações deverão ser apresentadas numa dissertação de, no máximo 25 (VINTE E CINCO) páginas, sendo, no máximo, 20 páginas no formato A4 e 5 páginas no formato A3; deverá ser utilizada a fonte Arial, tamanho 11, espaçamento 1,5, margens 3 cm (superior/esquerda) e 2 cm (inferior/direita), alinhamento justificado.

A Comissão avaliará a capacidade de entendimento do conteúdo dos serviços descritos no Termo de Referência, a adequação e pertinência da proposta, se exequível e compatível aos meios propostos e diferenciais que levem à maior eficácia na execução dos serviços. Desta forma, espera-se que cada proponente, neste tópico descreva e considere as seguintes questões mais relevantes:

1. O Plano de Trabalho deverá apreciar a Metodologia a ser proposta para o objeto previsto neste Termo de Referência, com descrição das atividades e tarefas a serem desenvolvidas na elaboração dos serviços, bem como os produtos necessários;
2. A estrutura técnico-operacional proposta pela licitante, incluindo processos, técnicas, equipamentos, fluxograma e cronograma de atividades. (Estrutura da Equipe Técnica de apoio à elaboração dos projetos deverá especificar a atuação de cada um, bem como o organograma, histograma da equipe, Cronograma e o Fluxograma das Atividades;
3. Metodologia para realização dos serviços;

Serão atribuídas notas no intervalo de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, no máximo, observando-se os quesitos seguintes e os critérios do Item F:

QUESITO	DISCRIMINAÇÃO	Completo e Inovador	Completo	Incompleto	Incorreto ou omitido
B.1	Plano de Trabalho	10	8	5	0
B.1.1	Descrição das atividades, tarefas e produtos a serem desenvolvidos na execução dos serviços.	5	4	2,5	0
B.1.2	Estrutura organizacional proposta para a execução dos serviços e definição das atribuições e	1	0,8	0,5	0

QUESITO	DISCRIMINAÇÃO	Completo e Inovador	Completo	Incompleto	Incorreto ou omitido
	responsabilidades das equipes.				
B.1.3	Cronograma geral e específico dos serviços, indicando o período total e o período de cada uma das atividades que as compõem.	2	1,6	1	0
B.1.4	Fluxograma das atividades a serem desenvolvidas	2	1,6	1	0
B.2	Metodologia	15	12	7,5	0
B.2.1	Bases Metodológicas para a solução e execução dos serviços	5	4	2,5	0
B.2.2	Descrição das técnicas e métodos aplicáveis ao desenvolvimento dos serviços.	10	8	5	0
TOTAL ITEM B - Plano de Trabalho e Metodologia		25	20	12,5	0

C. EMPRESA: CAPACIDADE TÉCNICA, EXPERIÊNCIA E COMPROMETIMENTO COM A QUALIDADE, SAÚDE E MEIO AMBIENTE, BEM COMO COM OS LIMITES LEGAIS E ÉTICOS COM O PODER PÚBLICO - VALOR MÁXIMO = 30 PONTOS

Para comprovação, deverão ser relacionados os trabalhos desenvolvidos pela licitante, devidamente comprovados através de atestados, com suas respectivas Certidões de Acervo Técnico emitidos por Conselho Profissional, nos casos em que os conselhos exararem tal certidão. Para atestar a qualidade dos serviços da empresa, seu comprometimento com a qualidade, saúde e com o meio ambiente, boa e adequada gestão empresarial nos limites legais e éticos com o poder público, serão pontuadas certificações ISO.

QUESITO	SERVIÇO	QUANTIDADE DE COMPROVANTES (até)	PONTOS POR COMPROVANTE	PONTOS TOTAIS
C.1	Gerenciamento de Programa de Infraestrutura Urbana em áreas de Baixa Renda	4	2	8

C.2	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de projeto e/ou obras de Habitação de Baixa Renda	3	1	3
C.3	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de projeto e/ou obras de Infraestrutura Urbana em Áreas de Baixa Renda	3	2	6
C.4	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de projeto e/ou obras de Equipamentos de Lazer tais como praças, quadras de esporte ou ciclovias	3	1	3
C.5	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Reassentamento de Famílias	2	1	2
C.6	Elaboração ou Revisão de Projetos de Requalificação Urbana	3	1	3
C.7	Certificado ISO 9001/2015 - Qualidade	1	1	1
C.8	Certificado ISO 37001 - Compliance	1	1	1
C.9	Certificado ISO 37301 - Anticorrupção	1	1	1
C.10	Certificado ISO 45001 – Saúde e Segurança Ocupacional	1	1	1
C.11	Certificado ISO 14001 – Meio Ambiente	1	1	1
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS - ITEM C - EMPRESA				30 PONTOS

D. EQUIPE TÉCNICA: CAPACIDADE TÉCNICA E EXPERIÊNCIA - VALOR MÁXIMO = 25 PONTOS

A empresa licitante deverá apresentar a Equipe Técnica Principal que irá desempenhar as atividades atinentes ao objeto da licitação, indicando, nominalmente, os profissionais com dedicação permanente e os profissionais com dedicação não contínua da equipe relacionada pela licitante para atender aos critérios estabelecidos no Termo de Referência.

Todos os profissionais nominados que não tenham vínculo empregatício com a licitante deverão apresentar carta-compromisso de concordância de inclusão de seu nome na proposta, além das respectivas fichas curriculares.

O profissional cujo currículo for apresentado nas condições anteriores deverá participar dos trabalhos, caso o serviço seja adjudicado à licitante. A eventual modificação de profissional alocado na equipe técnica que irá executar os trabalhos deverá ser por profissional de igual qualificação à pontuada nesta Licitação, bem como com prévio conhecimento e aprovação da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

Para comprovação da capacidade e experiência da equipe técnica deverão ser apresentadas por meio de Atestados técnicos e/ou declarações com Certidões de Acervo Técnico – CAT's, emitidas pelo Conselho Regional Profissional de Classe, caso aplicável. Esta equipe a ser comprovada é a EQUIPE CHAVE MÍNIMA de nível superior, que será fixa durante toda a duração do contrato.

Serão atribuídas notas no intervalo de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, observando-se os quesitos seguintes:

QUESITO	DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
D.1	Engenheiro/Arquiteto Coordenador: máximo de 6,0 (seis) pontos – Profissional formado em Engenharia Civil/arquitetura, com no mínimo 10 anos de formado e experiência em Coordenação de Gerenciamento de Programas e; Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização de Projetos e Obras; • Cada atestado será pontuado com 2,0 (dois) pontos até o limite de 6,0 (seis) pontos, sendo que um dos atestados (e CAT) deverá ser de Gerenciamento de Programas de Infraestrutura Urbana. Caso este atestado não seja apresentado não será pontuado, restando apenas a pontuação da apresentação dos atestados nas demais atividades relacionadas na designação do profissional solicitada neste item, perfazendo total de 4 pontos como nota máxima.	6
D.2	Engenheiro/arquiteto Sênior: máximo de 4,0 (quatro) pontos – Profissional formado em engenharia Civil/arquitetura, com no mínimo 10 anos de formado e experiência em Planejamento e Controle de Programas, contratos, projetos e obras na área de infraestrutura urbana em áreas de baixa renda; • Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 4,0 (quatro) pontos	4
D.3	Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Sanitarista ou Engenheiro Civil com especialização na área ambiental ou sanitária: profissional sênior com experiência em gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização ambiental de obras. Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 4,0 (quatro) pontos	4
D.4	Engenheiro Pleno: profissional com formação em engenharia civil, com experiência em orçamentos. • Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 4,0 (quatro) pontos	4

QUESITO	DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
D.5	Arquiteto Pleno: profissional com formação em arquitetura, com experiência na elaboração de estudos e projetos de urbanização integrada. • Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 4,0 (quatro) pontos	4
D.6	Sociólogo ou Assistente Social Pleno, com experiência em acompanhamento social de obras, e realocação de moradores • Será pontuado 1,5 (um vírgula cinco) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 3,0 (três) pontos	3
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS ITEM D – EQUIPE TÉCNICA		25 PONTOS

NOTA: O mesmo atestado pode ser apresentado para as comprovações de diversos profissionais, desde que o nome do profissional esteja contido no mesmo.

E. COMPOSIÇÃO DA NOTA TÉCNICA QUADRO FINAL DE PONTUAÇÃO TÉCNICA

QUESITOS	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	Conhecimento do Objeto	20
B	Plano de Trabalho e Metodologia	25
C	Empresa – Comprovação segundo o item respectivo	30
D	Equipe Técnica – Capacidade Técnica e Experiência	25
TOTAL		100

F. CRITÉRIOS PARA ADOÇÃO DA PONTUAÇÃO

Na avaliação dos quesitos e atribuição das notas referentes ao Conhecimento do Objeto (A) e do Plano de Trabalho e Metodologia (B) será de acordo com a pontuação dos quadros contidos nos respectivos itens e os critérios descritos abaixo:

- 0 (zero) ponto para cada elemento apresentado que estiver incorreto ou omitido;
- 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima do item para o elemento que for apresentado incompleto;
- 80% (oitenta por cento) da pontuação máxima do item para o elemento que for apresentado em seu formato completo;
- 100% (cem por cento) da pontuação máxima do item para o elemento que for apresentado contendo inovação, contemplando o formato completo e que possua algum diferencial identificado;
- Consideram-se como parâmetros de avaliação para os critérios acima mencionados as seguintes definições:

- Incorreto ou omitido: elemento assim considerado cujo conteúdo é claramente inaplicável ou tecnicamente incompatível com os propósitos do serviço objeto da contratação;
- Incompleto: elemento assim considerado cujo conteúdo é claramente aplicável, mas apresenta incoerência e insuficiência de informações em relação à execução dos serviços objeto da contratação;
- Completo: elemento assim considerado cujo conteúdo é claramente aplicável com coerência e suficiência de informações para execução dos serviços objeto da contratação;
- Completo e Inovador: elemento assim considerado cujo conteúdo é claramente aplicável com coerência e suficiência de informações para execução dos serviços com diferencial que admita maior eficácia ao objeto da contratação.

Os seguintes aspectos também deverão ser considerados: Coerência, Clareza, Objetividade, Inovação, Apresentação e Inter-relacionamento entre atividades.

CÁLCULO DA NOTA TÉCNICA: A nota referente à Proposta Técnica de cada licitante será obtida a partir do resultado obtido pela fórmula a seguir:

$$N_T = N_A + N_B + N_C + N_D$$

Onde:

NT = Nota Técnica obtida pela Licitante;

NA = Nota da Licitante referente ao quesito Conhecimento do Problema;

NB = Nota da Licitante referente ao quesito Plano de Trabalho e Metodologia,

NC = Nota da Licitante referente ao quesito Empresa: Capacidade Técnica, Experiência e comprometimento com a Qualidade, Saúde e Meio Ambiente, bem como com os limites Legais e Éticos com o Poder Público;

ND = Nota da Licitante referente ao quesito Equipe Técnica: Capacidade e Experiência.

14.2 Proposta de Preço

14.2.1 Critérios de Avaliação da Proposta de Preço

CÁLCULO DA NOTA DE PREÇOS: A nota referente à Proposta de Preços de cada licitante será calculada a partir do resultado obtido pela fórmula a seguir:

$$NP = 100 - 10 * (Po - Pm) / (Ve - Pm)$$

Onde:

NP = Nota de Preço obtida pela Licitante;

Ve = Valor estimado pelo Poder Público no Edital;

Po = Preço ofertado pela Licitante e;

Pm = Preço mínimo ofertado. A pontuação referente às propostas de preços será calculada até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais em consonância com a NBR 5891 – ABNT – Regras de Arredondamento na Decimal.

14.3 Pontuação Final

A Nota Final será obtida a partir do resultado obtido pela fórmula a seguir:

$$N_F = (0,7 \times N_T) + (0,3 \times N_P)$$

Onde:

NF = Nota Final da proposta;

NT = Nota Técnica (da proposta técnica) da licitante;

NP = Nota de Preços (da proposta de preços) da licitante

I. Os cálculos da Nota Final, deverão ser calculados até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais, em consonância com a NBR 5891 – ABNT – Regras de Arredondamento na Decimal.

II. Será julgada VENCEDORA a LICITANTE que obtiver na Nota Final a MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO (NF), ficando as demais classificadas em ordem decrescente de NF.

III. Havendo igualdade na NOTA FINAL (NF) entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados para desempate, na ordem em que se encontram enumerados, os critérios dispostos na Lei 14.133/2021 e suas regulamentações.

Serão DESCLASSIFICADAS as empresas que:

- Contenham vícios insanáveis;
- Descumpram especificações técnicas ou orientações constantes do instrumento convocatório;
- Apresentem preços manifestamente inexequíveis; Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação de que trata o referido Termo de Referência;
- Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista;
- Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

15. MEDIÇÕES

15.1 – As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo III), que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas do serviço em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês.

15.2 – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse da SMH.

15.3 – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

15.4 – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

(a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo III), originariamente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.

(b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo III), incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PUII = \frac{PLO \times PUEII}{PEO}$$

Onde:

PUII = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço (SCO-RIO) da obra ou serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para a obra, referido ao mês base do orçamento;

PUEII = Preço unitário (SCO-RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

15.5 – Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo III), ou em suas eventuais alterações no curso do Contrato.

15.6 – Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:

- (a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;
- (b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;
- (c) para efeito de faturamento, o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

15.7 – Na medição final ou na medição única será anexado um cadastro técnico dos serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

16. RECURSOS

16.1 – Divulgada a vencedora, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

16.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

16.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

16.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

16.6 – Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

16.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

16.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo I).

17. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

17.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas.

17.2 – Caso o Sistema da Concorrência Eletrônica fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

17.3– Quando a desconexão do sistema eletrônico para o/a Presidente da Comissão/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

18. GARANTIA

18.1 – A ADJUDICATÁRIA prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.1 – No caso de seguro–garantia, a prestação da garantia pelo contratado será efetuada em 1(um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

18.1.2 – Em relação ao seguro–garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

18.1.3 – No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Rio nº 26.244/2006.

18.2 – A SMH utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

18.3 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

18.4 – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia será executada pelo CONTRATANTE, na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

18.5 – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela SMH, o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

18.6 – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

18.7 – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

18.8 – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.9 – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 465 do RGCAF, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

19. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

19.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

19.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo I, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a SMH e a ADJUDICATÁRIA.

19.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pela SMH, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela SMH, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

19.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SMH.

19.3.2 – Em atendimento ao art. 7º do Decreto Municipal nº 49.415, de 17 de setembro de 2021, o fornecedor ou colaborador externo, vencedor de processo seletivo, que pretenda manter relação jurídica de qualquer natureza com o Município do Rio de Janeiro ou com qualquer de suas entidades da Administração Indireta, deverá cumprir o Protocolo de Avaliação de Integridade e Transparência – PAIT, mediante o preenchimento do Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência, requisito indispensável para celebração de qualquer instrumento jurídico com este Ente ou com uma de suas entidades.

19.3.3 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, deve a Administração convocar as licitantes, respeitando a ordem de classificação da licitação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora, caso não haja licitantes remanescentes que aceitem igualar às condições da adjudicatária, poderá o Presidente da Comissão/Agente de Contratação, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

19.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

19.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços e materiais empregados que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela SMH.

19.6.1 A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para a SMH e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

19.8 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida

documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

19.9 – Nos casos em que a assinatura do contrato importar na exclusão do regime do SIMPLES Nacional, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato, no prazo previsto no art. 30, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

19.10 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

19.11 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à SMH.

19.12 - Em conformidade com o artigo 18 do Decreto Rio nº 51.629 de 9 de novembro de 2022 e eventuais alterações posteriores, a gestão contratual do(s) instrumento(s) originado(s) pelo presente certame deverá ser realizada por pelo menos 1 agente público designado e a fiscalização deve ser realizada por pelo menos 2 (dois) agentes públicos designados.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 – Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo III), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

20.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na SMH.

20.2 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na SMH e obedecido o disposto na legislação.

20.3 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

20.3.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que a SMH esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

20.4 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

20.5 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SMH e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

20.6 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SMH.

20.7 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

21. REAJUSTE

21.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24(vinte e quatro) meses contados da data do orçamento estimado (Consolidação da Pesquisa de Preços), observada a Lei Federal no 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

21.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

21.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

21.4 – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 19.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 22.2.

22.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa;**
- (c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

22.3 – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

22.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso na execução dos serviços/obra;

22.3.2 - 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso na execução dos serviços/obra;

22.3.3 - Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do serviço/obra, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato;

22.3.4 – 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

22.3.5 – 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

22.3.6 – 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

22.3.7 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.3.8 – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

22.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

22.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 21.2 desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

22.6 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do subitem 21.2 desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

22.7 – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

22.8 – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da

Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

22.9 – A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23. FORO

23.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

24.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO.

24.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

24.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação.

24.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	MINUTA DE CONTRATO
Anexo I.A	LEI FEDERAL Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013
Anexo I.B	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
Anexo II	TERMO DE REFERÊNCIA
Anexo III	PLANILHA DE CUSTOS UNITARIOS
Anexo IV	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
Anexo V	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA D TRABALHO
Anexo VI	DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
Anexo VII	DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

Anexo VIII	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
Anexo IX	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
Anexo X	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO
Anexo XI	DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA
Anexo XII	MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

24.6 – Este Edital contém 38 (trinta e oito) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026.

Bruno Melo
PRESIDENTE DA COMISSÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I
MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para a execução de obras e/ou serviços de engenharia, na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de 2025, na Rua Afonso Cavalcanti, nº 455 – 4.º Andar, Prédio Anexo ao CASS, Cidade Nova, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO**, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo *[autoridade administrativa competente para firmar o contrato]*, e a sociedade _____, estabelecida na _____ *[endereço da sociedade CONTRATADA]*, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ *[representante da sociedade adjudicatária]* têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CO – SMH Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº HBT-PRO-2025/01357, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, pela **Lei Municipal nº 4.352/06** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 21.682/02, 27.078/06, 27.715/07, 31.349/09, 33.971/11, 49.415/2021 e 51.260/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é para contratação de serviço especiais de engenharia de Apoio ao Gerenciamento para realização de projetos, acompanhamento de Obras e Trabalho Técnico Social em assentamentos informais nas diversas Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro, sob o regime de empreitada por Preço Unitário, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, do processo administrativo nº HBT-PRO-2025/01357.

Parágrafo Primeiro – As obras e/ou serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo

administrativo nº HBT-PRO-2025/01357 no Projeto Básico e/ou, na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo, no Cronograma Físico-Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação das obras ou serviços.

Parágrafo Segundo – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observados os limites legais estabelecidos nos arts. 125 e 128 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), cuja composição se encontra especificada na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, às fls. _____, do processo administrativo nº HBT-PRO-2025/01357.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na SMH.

Parágrafo Segundo – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SMH e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Oitavo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Nono – Será retida a título de garantia da perfeita execução e funcionamento das obras, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, conseqüentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem, conforme dispõe o art. 463 do RGCAF.

Parágrafo Décimo – A garantia suplementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I - Io) / Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato da SMH. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As obras e/ou serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do Engenheiro(a) _____ [Arquiteto(a), se for o caso], que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE em matéria técnica.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se obriga a manter o profissional indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na direção das obras e/ou serviços e no local da sua execução até o respectivo encerramento.

Parágrafo Segundo – O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA poderá ser substituído por outro de mesma qualificação e experiência, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – MEDIÇÕES

As medições obras e/ou serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo III), que será ajustado em função de inícios e reinícios de etapas da obra e/ou serviço, em dias diferentes, no primeiro dia útil do mês.

Parágrafo Primeiro – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subseqüentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

- a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo III), originalmente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.
- b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo III), incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU_{II} = \frac{PLO \times PUE_{II}}{PO}$$

Onde:

PU_{II} = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço (SCO-RIO) da obra ou serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para a obra, referido ao mês base do orçamento;

PUE_{II} = Preço unitário (SCO-RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Terceiro – Não serão considerados nas medições quaisquer obras e/ou serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo III), ou em suas eventuais alterações no curso deste Contrato.

Parágrafo Quarto – Para obtenção do valor de cada medição, será observado, quando cabível, o seguinte procedimento, respeitadas as quantidades constantes do orçamento oficial eventualmente alteradas no curso deste Contrato:

- a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;
- b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

c) para efeito de faturamento o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

Parágrafo Quinto – Na medição final ou na medição única será anexado cadastro técnico das obras e/ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

Na vigência do Contrato, as quantidades dos itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo III), poderão ser acrescidas em até 30% (trinta por cento), por item, da quantidade primitiva, a juízo exclusivo da Fiscalização, desde que o acréscimo não altere o valor do Contrato e nem transfigure o objeto da contratação, na forma do disposto nos arts. 124, 125 e 126 da Lei Federal nº 14.133/2021, e sejam observadas as demais disposições deste Contrato.

Parágrafo Primeiro – Em circunstâncias especiais, devidamente justificadas e mediante prévia autorização do CONTRATANTE, as quantidades referidas no caput desta Cláusula poderão ser acrescidas em percentual superior a 30% (trinta por cento), por item, da quantidade primitiva, ou substituídos, total ou parcialmente, por outras quantidades de itens novos constantes da tabela de preços adotada neste Contrato dentro do limite de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, desde que as substituições sejam imprescindíveis à perfeita execução da obra e os preços unitários respectivos conservem o valor da proposta de preços obtido por meio da seguinte fórmula:

$$PUII = \frac{PLO \times PUEII}{PO}$$

Onde:

PUII – Preço Unitário do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento;

PO – Preço da obra na data do orçamento;

PLO – Preço da Licitante para a Obra referido à data do documento;

PUEII – Preço Unitário (SCO-RIO) do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Segundo – Para a preservação do valor do Contrato, aos acréscimos corresponderão, sempre que possível e recomendável, supressões de outros itens, em igual proporção, desde que não haja comprometimento da obra e nem se transfigure o objeto do contrato, conforme o art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro – Itens simples ou compostos que não constem originariamente na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo), e que eventualmente se façam necessários, deverão ser incluídos sempre com base nos insumos, composições ou itens relacionados na tabela de preços adotada no Contrato.

Parágrafo Quarto – Poderão ser aceitas variantes do Projeto Executivo, quando houver, para a execução das obras e/ou serviços, que, depois de analisadas pela Fiscalização, conduzam à redução do preço contratado. Esta variante será acompanhada de uma Planilha de Quantitativos e Preços Unitários que demonstre a efetiva redução do preço referencial. A aceitação das variantes implicará:

- a) a contemplação dos seus quantitativos e preços na Planilha Oficial de Quantitativos e Preços Unitários, procedendo-se às adaptações necessárias, com as substituições e modificações indispensáveis e pertinentes;
- b) a inalterabilidade dos preços e dos quantitativos das variantes.

Parágrafo Quinto – O CONTRATANTE poderá modificar o projeto ou as suas especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com alteração ou não do valor contratual, observado o disposto nos arts. 124, inciso I, e 130, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Quinto – A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme o art. 128 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Sexto – Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- a) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- b) por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- c) por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;
- d) por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____ no valor de R\$ _____ equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A SMH se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá ao CONTRATANTE para execução na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela SMH, o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de 30 (trinta) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de 30 (trinta) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme

definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 720 (setecentos e vinte) dias contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.

Parágrafo Primeiro – Os prazos de cumprimento das etapas são aqueles constantes do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo).

Parágrafo Segundo – O prazo de execução das obras e/ou serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CRONOGRAMA

O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento das obras obedecerá à previsão das etapas constantes do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo).

Parágrafo Primeiro – No decorrer da execução das obras será exigida uma produção que, aos preços contratuais originários, corresponda às etapas mínimas, em dias corridos, estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, em percentagens acumuladas em relação ao valor global das obras contratadas, que são:

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.
até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.
até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.
até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.
até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

Parágrafo Segundo – Havendo progressão no Cronograma Físico maior do que a previsão original, a Fiscalização poderá adaptar o Cronograma Financeiro para atender essa situação, até o limite da dotação consignada no orçamento anual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS

As obras e/ou serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de _____ [Empreitada por Preço Unitário / Empreitada por Preço Global / Empreitada Integral / Contratação por Tarefa/Contratação Integrada/Contratação Semi-integrada/

Fornecimento e Prestação de Serviço Associado], conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, do Projeto Executivo, da Descrição dos Serviços, do Escopo dos Serviços ou do Memorial Descritivo, de fls. ____ do processo administrativo nº HBT-PRO-2025/01357

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I** – realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo (fls. ____) e na Proposta;
- II** – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III** – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV** – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;
- V** – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- VI** – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VII** – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

- a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII – responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – observar o disposto nos **Decretos Municipais nº 21.682/02, 23.103/03 e 27.715/07 e suas alterações posteriores**, no que couber.

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX - observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XXII – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores.

XXIII - Promover, sem ônus para o contratante, nos casos de remoção de vegetação, a solicitação de autorização para a remoção e posterior implantação das medidas compensatórias correspondentes, nos termos da legislação em vigor;

XXIV - Manter o registro da medida compensatória realizada de modo a ser apresentada ao contratante quando solicitado;

XXV - Realizar prova da disponibilidade de veículos e equipamentos, em conformidade com o Quadro de Equipamentos (Anexo XIII), indispensáveis à execução do objeto do contrato, em todas as suas fases, mediante apresentação de relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas, quando for o caso.

XXVI - Manter as condições apresentadas na proposta vencedora, caso a execução do presente contrato importe na sua exclusão do regime do SIMPLES NACIONAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

I - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução do presente contrato administrativo independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da adequação, o da necessidade e o da finalidade específica, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei e nesse contrato.

IV - Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, restringindo-se ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, hipótese em que a SUBCONTRATADA ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais relativos à LGPD impostos à CONTRATADA, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável por garantir a sua observância perante o CONTRATANTE.

V - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

VI - A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido e em desconformidade com a LGPD e com este contrato que seus empregados, colaboradores, prepostos, consultores ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

VII - A CONTRATADA deve adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

VIII - O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo realizar diligências, inspeções e auditorias, a fim de zelar pelo cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender, no prazo indicado pelo CONTRATANTE, eventuais pedidos de comprovações formulados.

IX - A fiscalização do CONTRATANTE não exime, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD e desse ajuste.

X - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

XI - Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE o fato em, no máximo, 24 horas, contados da sua ciência, para que este possa comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao Titular, na forma do art. 48 da LGPD.

XII - A CONTRATADA deverá manter banco de dados – art. 5º, IV da LGPD – em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, disponibilizando-o quando solicitado, na forma dos arts. 25 e 37 da LGPD.

XII.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XIII - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, os dados pessoais serão transferidos ao CONTRATANTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e eliminados definitivamente pela CONTRATADA.

XIII.1 - O CONTRATANTE manterá os dados pessoais necessários ao cumprimento do art. 16 da LGPD somente enquanto não prescritas essas obrigações.

XIV - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo Secretário Municipal de Habitação, na forma do art. 501 do RGCAF, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – As obras e/ou serviços executados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à

regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto – O objeto do presente Contrato será recebido:

- a)** provisoriamente, na forma dos art. 501 a 504, do RGCAF, mediante apresentação da quitação do ISS, do comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na obra, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo ____.
- b)** definitivamente, após o decurso do prazo de conservação e verificada a perfeita adequação do objeto aos termos contratuais, na forma dos arts. 501 a 503 e 505, todos do RGCAF.

Parágrafo Quinto – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e/ou serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- a)** **Advertência;**
- b)** **Multa;**
- c)** **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**
- d)** **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso,

poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01
---	-------------------------------------------------------------------------------------	----

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência da SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput da Cláusula anterior;
- b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “d” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Vigésima Primeira, §1º, Item 3, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a) a devolução da garantia;
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA– SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução das obras e/ou serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho _____, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de extinção do Contrato;

b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2026.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO I-A

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Agente Público
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I - B

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

AGENTE PÚBLICO

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº HBT-PRO 2025/01357)

1. INTRODUÇÃO

Após planejamento, avaliação do interesse público, definição da melhor forma de equacionar as carências das favelas e assentamentos informais relacionadas a urbanização integrada e ainda, conforme o Estudo Técnico Preliminar apresentado, a equipe técnica da SMH elabora o presente Termo de Referência como solução factível e adequadamente justificada.

Assim sendo, este documento tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões para a contratação de empresa qualificada para execução de:

“APOIO AO GERENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS, ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS NAS DIVERSAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.”

A execução dos serviços da presente contratação atenderá às demandas do Município, em consonância com o histórico de atuação da Secretaria em assentamentos populares.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação de “APOIO AO GERENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS, ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS NAS DIVERSAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”.

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

2.3. Os serviços constantes desse Termo de Referência deverão ser executados em favelas, loteamentos e assentamentos informais, na cidade do Rio de Janeiro, nas diversas Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro;

2.4. Favelas, Loteamentos e assentamentos informais

A superfície a ser contemplada abrange a área de atuação dentro da cidade de Rio de Janeiro, onde existem favelas, loteamentos e assentamentos informais de diversos portes que demandam prazos de execução de obras e projetos diferenciados.

2.5 Estes territórios serão elencados em função de sua vulnerabilidade social e vulnerabilidade ambiental, levando em conta as prioridades da Administração Municipal e em acordo com o PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), Plano Diretor e Planejamento Estratégico.

2.6 O prazo de vigência da contratação é de **720 dias corridos** contados a partir da assinatura do Memorando de Início, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que não se trata de demanda permanente, contando com créditos previstos no plano plurianual; o regime de prestação de serviços será diferido parcelado.

2.8. Justificativa para o não parcelamento

Em acordo com o art. 40 § 3º, da Lei nº 14.133, e a justificativa apresentada no ETP (estudo técnico preliminar), a qual transcreve-se:

Entendemos que os serviços, da presente contratação são correlatos e integrados, devendo ser geridos e executados pela mesma empresa, de modo a facilitar sua gestão.

Os profissionais dedicados ao apoio ao gerenciamento compõem uma equipe interdisciplinar que acompanha a execução em diversas frentes de trabalho, em territórios diferentes, mas que podem apresentar muitas vezes problemas similares.

Nesse contexto, o banco de lições aprendidas representa uma forma mais efetiva para a solução dos problemas tempestivamente. A mesma lógica se aplica à execução dos projetos, quando as equipes, com o conhecimento de diversos territórios, podem aplicar soluções de engenharia e urbanismo mais adequadas e eficientes. Além disso, a experiência adquirida na fase de execução das obras, quando a proposição encontra materialidade e as soluções propostas podem ser verificadas quanto a sua melhor adequação é benéfica à Administração Pública.

O parcelamento dos serviços dentre diversas empresas exigiria maior esforço de capacitação dos profissionais, além da alocação de mais pessoal. Adicionalmente, a licitação para a contratação de que trata o objeto deste estudo, nos moldes em que

se encontra, permite à Administração uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos.

Com base nestes aspectos, consideramos esta formatação a mais vantajosa em termos de economicidade, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes, além de permitir maior adesão ao certame pelo mercado fornecedor.

Desse modo, os serviços devem ser geridos e executados pela mesma empresa não sendo vantajoso para a Administração o seu parcelamento.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços de apoio ao gerenciamento de projetos, obras e trabalho social em favelas, loteamentos e assentamentos informais na Cidade do Rio de Janeiro, por meio de licitação de empresa especializada, fundamenta-se em uma análise criteriosa de aspectos técnicos, operacionais e administrativos, conforme a seguir:

Expertise da Secretaria Municipal de Habitação (SMH): *Número de favelas Urbanizadas* – Desde 1995, a SMH atua de forma pioneira na urbanização de favelas, iniciando com o Programa FAVELA BAIRRO, exitoso em sua proposta original, foi responsável pela urbanização integral de diversas favelas consideradas médias, de 500 a 2.500 domicílios, posteriormente incorporando favelas de até 500 domicílios, no Programa Bairrinho e Grandes Favelas para áreas com mais de 2.500 domicílios. Após a conclusão de três programas com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Prefeitura construiu outro programa mais ambicioso em termos de intervenções e abrangências, o PROGRAMA MORAR CARIOCA. Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o MORAR CARIOCA realizou obras em grupamentos de favelas, denominados “Complexos”, considerando condições específica de cada território.

Metodologia de trabalho: Neste tipo de trabalho, dadas as peculiaridades e dificuldades encontradas no território, a SMH lança mão de técnicas de abordagem, inserção de atividades complementares que envolvam a comunidade local para lograr sucesso nas intervenções propostas. Este tipo de ação é indispensável para a implantação de obras e demais serviços em locais como as favelas, ou outros locais carentes de infraestrutura básica, urbanismo inexistente ou equipamentos públicos em geral. A constante interlocução com as representações locais e o respeito à cultura do local é responsável também pelo êxito dessas ações. O acompanhamento

participativo das obras é conduzido pela equipe do Trabalho Social que objetiva promover a participação e inserção da população beneficiária no território buscando a melhoria da qualidade de vida, à sustentabilidade dos bens, serviços e equipamentos implantados e a articulação das políticas públicas, ampliando as possibilidades dessa população no âmbito das demandas locais coletivas e individuais.

Demandas judiciais: Apesar dos esforços da SMH em transformar as favelas e loteamentos em cidade formal, a resposta aos processos judiciais em que a Prefeitura é apontada como responsável por realizar ações em locais específicos. De modo geral, trata-se de demandas que envolvem a urbanização de áreas com a execução de infraestrutura urbana, a realocação de famílias de áreas de risco ou a melhoria do acesso da população a determinados serviços. Estes processos judiciais devem ser atendidos em prazos determinados, exigindo, portanto, que a SMH disponha de instrumentos que permitam o atendimento ágil e eficiente dessas demandas.

Integração com a Cidade: A política habitacional do Município do Rio de Janeiro estrutura-se na compreensão da ***moradia como um direito básico do cidadão***, o que implica diretamente na necessidade de integração da moradia à estrutura urbana, garantindo ao maior número de pessoas possível, o acesso à cidade e a seus serviços de maneira igualitária. Para tanto, faz-se necessária a implantação de urbanização integrada (implantação de infraestrutura, melhorias urbanas e ampliação da acessibilidade) nas áreas de ocupação informal, que carecem de atuação do poder público para atender as demandas existentes, a fim de melhorar suas condições. A urbanização das denominadas “franjas” das favelas com reforma ou implantação de novas áreas de lazer podem ser utilizadas como um reforço de centralidades existentes auxiliando no fortalecimento de conexões micro urbanas entre a cidade formal e informal.

Mudanças Climáticas: O histórico de atuação, embora tenha trazido avanços positivos nessas áreas, ainda coloca a SMH diante de um enorme desafio urbano — desafio este que se agrava recentemente devido às mudanças climáticas, crises de diversas naturezas, ou de saúde como a pandemia de COVID 19, que afetam principalmente a população mais carente, levando-se em conta as desigualdades espaciais e sociais ainda presentes na sociedade. Nesse sentido, torna-se cada vez mais relevante a atuação da SMH na mitigação dessas vulnerabilidades, como a adaptação às mudanças do clima.

Aprimoramento institucional: A Secretaria Municipal de Habitação não dispõe em seu quadro funcional da quantidade de profissionais da área de arquitetura/engenharia/advocacia suficientes para atender a demanda municipal no âmbito do desenvolvimento dos estudos, projetos e apoio ao gerenciamento da execução de obras e do trabalho técnico social. A implantação do PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social deverá ser acompanhada de perto e registrada como uma das ações ligadas ao planejamento da política habitacional; desta forma a SMH necessita do apoio técnico para realizar as atividades atinentes a este planejamento.

A SMH espera como resultado de sua atuação, a inclusão social e urbana das famílias em situação de vulnerabilidade, reconhecendo a existência de demandas específicas e diferenciadas, considerando toda a diversidade social contemporânea.

Para isso, deve atuar no território de maneira a democratizar o acesso à cidade, levando em conta as demandas de sustentabilidade urbana, entendida como o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para presentes e futuras gerações.

Com base no conjunto de aspectos relacionados acima, a presente contratação que objetiva o fornecimento de instrumentos, tais como recursos humanos, técnicos e operacionais para a Secretaria Municipal de Habitação, se faz necessária em respostas às demandas apontadas. Estas demandas serão estruturadas na elaboração de projetos de urbanização integrada, apoio ao gerenciamento de execução de obras e trabalho técnico social, por meio da contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviço social, cujo escopo é descrito neste Termo de Referência. A empresa selecionada deverá possuir comprovada qualificação nas atividades pretendidas e equipes multidisciplinares capacitadas e especializadas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A SMH busca promover o reordenamento urbano na cidade visando à integração às políticas habitacionais de âmbito federal e estadual, bem como às demais políticas setoriais do Município, em particular as de desenvolvimento urbano, ambiental e de inclusão social, de forma a reconhecer a moradia como direito básico

social da população. Para alcançar esse objetivo, atua em áreas de vulnerabilidade social e ambiental com uma variedade de intervenções, dependendo da área a ser atendida.

Nesse sentido, a SMH, por meio desse contrato de Apoio ao Gerenciamento, pretende desenvolver os seguintes trabalhos em três áreas de atuação (projetos, obras e social):

- ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA (urbanismo, arquitetura, instalações prediais, estrutura, fundação, infraestrutura de saneamento além dos serviços de topografia e geotecnia);
- APOIO GERENCIAL AO DESENVOLVIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS EM INTERVENÇÕES URBANAS
- APOIO GERENCIAL PARA O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA E DE INTERVENÇÕES DE PEQUENO PORTE
- APOIO GERENCIAL PARA O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA
- APOIO GERENCIAL PARA O ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE OBRAS E INTERVENÇÕES
- APOIO GERENCIAL DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL.

As presentes especificações regulam a execução dos serviços descritos, não podendo ser alteradas, salvo autorização expressa da FISCALIZAÇÃO da SMH.

Seguem abaixo os serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA.

4.1 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA

O apoio do gerenciamento deverá, de acordo com demandas da FISCALIZAÇÃO, elaborar os projetos, entendendo o este como o conjunto de elementos técnicos, tais como diagnósticos, levantamento de dados, planos de intervenção, projeto básico, e respectivos relatórios dentre outros, destinados à caracterização de obras para contratação.

O projeto básico deverá obedecer às normas técnicas e legislação vigente de maneira estabelecer com a precisão todos os aspectos, com suas características, dimensões e quantidades necessárias à execução das obras.

Após a definição da área para o desenvolvimento do projeto básico, deve-se iniciar, concomitantemente ao diagnóstico, o levantamento topográfico, com o objetivo de fornecer subsídios técnicos essenciais para o desenvolvimento dos projetos subsequentes, listados abaixo:

- **Projetos de saneamento:** considerando todos os equipamentos necessários de apoio ao sistema, para o correto funcionamento e aprovados pelas Concessionárias.
- **Sistema de esgotamento sanitário:** Entendendo o sistema como o conjunto de projetos necessários em cada situação, para o melhor atendimento técnico, inclusive das recomendações apresentadas na DPE, incluindo, se necessário: ligações domiciliares; redes coletoras; troncos coletores; adução; estações elevatórias (projeto hidráulico, elétrico, mecânico e automação); linha de recalque; estações de tratamento de esgoto (estrutura, processo biológico, elétrico, mecânico, automação); entre outros.
- **Sistema de abastecimento de água potável:** Entendendo o sistema como o conjunto de projetos necessários em cada situação, para o melhor atendimento técnico, inclusive das recomendações apresentadas na DPA, incluindo, se necessário: ligações domiciliares; rede de distribuição; adutoras; adução; estações elevatórias ou booster (projeto hidráulico, elétrico, mecânico, automação, estudo de transientes hidráulicos); linha de recalque; reservatórios (hidráulico, elétrico, automação, estrutura); entre outros.
- **Sistema de drenagem pluvial:** Entendendo o sistema como o conjunto de projetos necessários em cada situação, para o melhor atendimento técnico conforme Instruções de Projetos da Fundação Rio Águas, incluindo Estudos Hidrológicos e Cálculos Hidráulicos de micro e macro drenagem para dimensionamento de: captações; redes, canaletas e galerias; bueiros de travessias; dispositivos de retardo de cheias; estudo de deságue; cursos d'água; verificação da capacidade hidráulica de dispositivos existentes; entre outros. Inclui os projetos de Estrutura dos dispositivos.

- **Projetos Viários:** Projetos geométrico vertical e horizontal, de terraplenagem e de pavimentação dos logradouros carroçáveis conforme as diretrizes dadas pelos órgãos fiscalizadores. Projetos de becos, vielas e escadarias que resultem na melhor alternativa possível a acessibilidade local.
- **Sistema de Iluminação Pública:** Projetos das redes e respectivos pontos de iluminação dos logradouros públicos, praças e áreas de lazer, aprovado pela concessionária.
- **Projetos de Geotecnia:** sondagens, contenções e estabilização do solo.
- **Projetos de Urbanismo:** áreas de lazer e mobiliário urbano, resíduos sólidos, paisagismo e demolições.
- **Projetos de arquitetura:** Desenvolver propostas arquitetônicas, que priorizem, sempre que possível, a sustentabilidade, buscando soluções que minimizem os impactos ambientais. Esses projetos são referentes a edificações (de até 4 pavimentos) voltadas para uso residencial, comercial, institucional e público, conforme existir demanda e possibilidade para sua implantação (terrenos disponíveis, por exemplo). Quaisquer desses projetos, deverão ter instalações prediais, estrutura e fundações projetadas.

Todos os projetos deverão ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO para validarem sua continuidade.

4.1.1 Produtos dos Projetos de Urbanização Integrada

Todos os projetos serão desenvolvidos em acordo com as orientações contidas no CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES DE PROJETO - SMH/CP

Os projetos serão desenvolvidos em acordo com as etapas abaixo, sendo estas subsequentes e os prazos de conclusão destas etapas devem estar em acordo com cronograma específico a ser estabelecido pela fiscalização. Os serviços de levantamento topográfico deverão ser iniciados concomitantemente à etapa 1. Os serviços de Investigação geotécnica deverão ser iniciados logo após a aprovação do plano de Intervenção.

- Etapa 1 – Diagnóstico, incluindo Levantamento de Dados e Contagem dos Domicílios.
- Serviços Topográficos
- Etapa 2 - Plano de Intervenção
- Serviços de Investigação Geotécnica, incluindo sondagem.
- Etapa 3 - Projeto Básico
- Etapa 4 - Aprovação de Projetos nas Concessionárias

4.1.1.1 Diagnóstico / Levantamento de Dados / Contagem de Domicílios

Objetivos: Subsidiar decisões projetuais através da provisão de informações referentes à situação urbanística, social e ambiental das favelas e loteamentos, identificados por nome, endereço, bairro, R.A., A.P.

O diagnóstico deverá também identificar a situação atual das favelas ou loteamentos e será subdividido nos produtos abaixo, cujas atividades principais estão respectivamente descritas:

Os produtos deverão constar de textos explicativos e plantas, imagens e outros ilustrados das informações coletadas.

- 1) Levantamento de Dados** - Identificar a situação atual de cada favela abordando seus aspectos físico-espaciais, ambientais, sociais, econômicos e culturais, assim como da disponibilidade e necessidades de serviços urbanos. As informações deverão ser colhidas nas visitas técnicas às favelas e nos cadastros das empresas concessionárias de serviços públicos. Estas visam obter subsídios e detectar as principais carências junto aos moradores, no que tange aos aspectos das políticas sociais, de infraestrutura e meio ambiente.
- 2) Contagem de domicílios:** Concomitantemente à etapa de Diagnóstico deverá ser iniciada a Contagem dos Domicílios das favelas, discriminando o gabarito de cada unidade residencial, o uso (comercial, institucional ou residencial), seu padrão construtivo, quantidade de domicílios por edificação e densidade habitacional dos domicílios.

- 3) Diagnóstico** servirá de base para as propostas de intervenção, que serão avaliadas nas reuniões com a comunidade local. Para fundamentar o conhecimento do problema por parte dos agentes envolvidos no processo e permitir a elaboração do Plano de Intervenção, o Diagnóstico deverá apresentar o máximo de informações sobre os temas relacionados que compõem a estrutura do documento a ser elaborado. Trata-se de uma análise de todas as informações coletadas pelo *Levantamento de Dados e Contagem de Domicílios*, incluindo cruzamento dos dados das distintas disciplinas analisadas, gerando um relatório mais complexo com visão multidisciplinar e crítica por parte da equipe CONTRATADA. Como consequência da análise descrita acima, o produto deve visar a elaboração do Plano de Intervenção.

4.1.1.2 Topografia e Serviços Geotécnicos

A CONTRATADA será responsável pela execução de topografia, entregue antes da etapa de Plano de Intervenção, com a finalidade de identificar possíveis divergências nas cotas de implantação de acessibilidade e da infraestrutura.

A CONTRATADA também será responsável pelos serviços geotécnicos (Sondagem à percussão e trado com os respectivos ensaios) nas áreas que se fizerem necessárias, identificadas na etapa do Plano de Intervenção.

A CONTRATADA também será responsável pela coleta de informações na GeoRio, para atender as exigências do órgão e realizar as consultas necessárias, com o apoio da Coordenadoria de Projetos.

1) Serviços Topográficos

Os serviços topográficos serão executados com base no sistema de referências geodésicos (Datum) horizontal SIRGAS 2000 e vertical Marégrafo de Imbituba.

Deverão ser utilizados instrumentos que atendam ao requisito de precisão definido na NBR 13.133 da ABNT.

Os serviços topográficos serão executados com a implantação de uma rede de apoio geodésico planialtimétrica, básica, com marcos de concreto ou madeira (mínimo de dois marcos *intervisíveis*).

Os levantamentos devem ser compatíveis com a escala 1/500 e seguir os

critérios de precisão estabelecidos na NBR 13.133, para fechamento de poligonais e pontos levantados.

Após os trabalhos de *poligonação* será realizado o levantamento dos acidentes do terreno através da determinação de pontos de detalhe, irradiados de forma polar a partir dos vértices das poligonais.

Deverão ser levantados os seguintes elementos para a elaboração dos projetos:

- a. Construções: prédios, alinhamentos e seus detalhes, numeração, natureza da utilização (residencial, comercial, industrial, galpão, etc.), entradas de garagem, pilotis, entradas de portaria, acesso às casas etc. Levantar, inclusive, as construções limítrofes à área de intervenção;
- b. Terrenos para construção de equipamentos: benfeitorias, entradas, construções limítrofes, pontos notáveis, níveis do terreno e todo e qualquer elemento necessário para identificação e conhecimento do terreno;
- c. Amarração das construções levantadas;
- d. Cota de soleira de cada edificação e de cada portão;
- e. Meios-fios normais ou rebaixados, alturas e raios;
- f. Ruas: natureza do piso, nivelamento de eixo com cotas de 20 em 20 metros ou fração de modo a contemplar os chamados pontos notáveis (PI, PC e PT). Levantar, inclusive, as ruas limítrofes à área de intervenção;
- g. Viaduto: elementos estruturais e projeções;
- h. Postes: iluminação, força, sinal de trânsito, placa de sinalização de ruas, refletores etc. Deverá ser informada a concessionária responsável;
- i. Árvores: diâmetro do caule, estimativa da copa e identificação, caso necessário;
- j. Tampões com dimensões e identificação: Light, RIOLUZ, Esgoto Sanitário, Águas Pluviais, Registro da CEG e CEDAE, Telefone, Tv a cabo e internet, caixas de incêndio, ralos, bueiros, ramais, etc.;
- k. Calçadas: natureza do piso, abrigos, passagens subterrâneas para pedestres, respiradouros, canteiros, frades, telefones públicos, caixas de correio, caixas coletoras de lixo, hidrantes, alambrados, grades, jardineiras, bancas de jornal, etc.;
- l. Praças: serão tratadas como nos itens anteriores, incluindo instalações, lagos, chafarizes, monumentos, muros, bancos, pedras, vegetação, etc.;
- m. Rios e Canais: seções transversais espaçadas de 20 em 20 metros ou menos, de acordo com a importância da drenagem, cota de fundo, natureza das paredes,

passarelas e pontes (seção hidráulica com cotas de fundo), calçadas laterais, faixa *non aedificandi*, etc.;

- n. Torres de alta tensão: alinhamento da rede de alta tensão, faixa *non aedificandi*;
- o. Áreas de risco identificadas e seu entorno: no caso de inundações, fornecer o nível d'água na cheia, delimitando em planta as áreas atingidas. No caso de rolamento e deslizamento, indicar as áreas sujeitas aos mesmos;
- p. Cadastro completo dos sistemas de coleta de águas pluviais, esgotamento sanitário e abastecimento de água. Para poços de visita deverão ser fornecidas as cotas do tampão, do fundo e da geratriz inferior interna de cada coletor afluente e efluente, incluindo o diâmetro e o tipo de material destes coletores. Quando necessário, a critério da Fiscalização, a Contratada deverá proceder à limpeza e desobstrução de poços de visita, a fim de efetuar seu cadastro. Deverá ser feito croqui elucidativo dos PVs;
- q. Deverão ser incluídos ainda os detalhes que se fizerem necessários ao correto desenvolvimento dos serviços.

Em áreas amplas, abertas e sem edificações, deverão ser definidos seus limites, bem como a correta caracterização do seu relevo. Para esse propósito, cada quebra de *greide* do terreno que ultrapasse a meia equidistância vertical (0,5 metros) deverá ser caracterizada, bem como o afloramento de rochas, matacões ou buracos no terreno.

O serviço topográfico será entregue em arquivos no formato dwg, docx, pdf e shapefile.

Os serviços topográficos serão submetidos a aprovação da FISCALIZAÇÃO da SMH, permanecendo a CONTRATADA como única responsável pelo conteúdo e correção dos serviços.

2) Serviços Geotécnicos

Os serviços geotécnicos compreendem sondagens e ensaios geotécnicos, e tem como objetivo definir os parâmetros necessários ao desenvolvimento e detalhamento dos projetos viários (terraplenagem e pavimentação), obras de contenções de encostas, edificações, obras de arte etc.

A CONTRATADA, durante o Plano de Intervenção, produzirá um Plano de Sondagem, a ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO, onde constarão todas as necessidades de prospecção detectadas para a elaboração dos projetos de urbanização da favela.

Após a aprovação do Plano de Sondagem, a CONTRATADA procederá às prospecções, cujos resultados serão parte integrante do Relatório Final de Sondagem incluindo registro fotográfico do testemunho de sondagem. Os serviços geotécnicos deverão ser programados discriminando tipo, especialização, localização, finalidade, profundidade, quantidades previstas e demais itens necessários ao serviço.

Toda e qualquer prospecção adicional que não constar do Plano de Sondagem à percussão original deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

Deverá ser preparada e submetida à apreciação da FISCALIZAÇÃO uma programação qualitativa e quantitativa dos serviços necessários, compatíveis com o Plano de Intervenção proposto. Os quantitativos de serviços geotécnicos estão discriminados no orçamento.

4.1.1.3 Plano de Intervenção

O Plano de Intervenção deverá apresentar um indicativo das propostas de projeto para as favelas, baseado no levantamento topográfico, conforme descritos a seguir: Propostas para Infraestrutura, Reflorestamento, Contenções, Equipamentos Sociais, “desadensamento” de trechos ocupados por um número excessivo de edificações, caso seja verificada a necessidade compatível com a realização da urbanização, Áreas lazer, Sinalização e Acessibilidade, Relocação de Edificações e Reassentamento de Famílias.

A elaboração das propostas deverá incluir a descrição detalhada e mapeamento dos elementos significativos da intervenção como respostas às demandas identificadas nas etapas anteriores do diagnóstico. As propostas devem ser apresentadas em planta, contemplando a concepção dos sistemas propostos, tais como: saneamento básico, infraestrutura viária, iluminação pública, coleta de resíduos sólidos, áreas de lazer, paisagismo, mobiliário urbano, mitigação de possíveis situações de risco). Deverá ser considerada, sempre que possível, a utilização da infraestrutura existente, com os devidos acréscimos, adequações e/ou modificações necessárias para garantir o pleno funcionamento dos sistemas e o atendimento integral às unidades habitacionais previstas.

Além disso, as propostas deverão abranger:

- Áreas destinadas ao reflorestamento (caso exista a presença de áreas

compatíveis a esta solução);

- Locação de equipamentos sociais e serviços públicos;
- Demarcação das edificações com poderão ser objeto de relocação por urbanização e/ou risco;
- Implantação de áreas esportivas e de lazer;
- Sinalização viária e de interesse turístico ou comunitário;
- Melhorias na mobilidade urbana, incluindo conexões viárias e demais elementos estruturantes do território.

Todas as soluções projetadas visam a integração dos sistemas urbanos e a qualificação do ambiente.

Caso, próximo à área de intervenção, seja identificado terreno com potencial para implantação de unidades habitacionais, o mesmo deverá ser assinalado e ser feito uma pesquisa fundiária da área.

Serão realizadas reuniões periódicas para acompanhamento e esclarecimento de dúvidas levantadas pela CONTRATADA a propósito dos serviços e para atestação do desenvolvimento dos projetos, com a presença da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO

Obs: *Todas as informações deverão ser complementadas como solicitado no Caderno de Especificações de Projetos da SMH e todas as divergências deverão ser sanadas pela FISCALIZAÇÃO da SMH.*

4.1.1.4 Projeto Básico

Os projetos desenvolvidos para cada favela nesta etapa deverão seguir as diretrizes estipuladas pelo Caderno de Especificações de Projetos e pela FISCALIZAÇÃO da SMH, deverão conter todas as informações técnicas, dimensionamentos, especificações e detalhes, acompanhados de Memorial Descritivo, Memórias de Cálculo, e relação de todas as plantas que compõem o projeto.

A aprovação dos projetos nas Concessionárias pelos órgãos competentes é condição indispensável para o aceite dos serviços.

É de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração dos projetos em conformidade com as normas dos diversos órgãos aprovadores, reiterando que todos os procedimentos necessários à aprovação final do projeto, pelos órgãos

competentes, incluindo cumprimento de exigências, serão de responsabilidade da CONTRATADA. O Projeto Básico é subdividido nas etapas abaixo, cujas atividades principais estão respectivamente descritas e conforme Plano de Intervenção aprovado:

- **Projeto de Acessibilidade**

- **Sistema Viário** – A elaboração de projeto do sistema viário deverá considerar, sempre que possível os Projetos Aprovados de Alinhamento – P.A.A.s - existentes.
- **Sinalização Viária e Comunicação Visual** - O projeto deverá identificar também elementos representativos da cultura local e indicativos da localização de equipamentos, áreas especiais e vias principais, que permitam o estabelecimento de um sistema interno de sinalização.

- **Projeto Básico de Infraestrutura**

Elaboração de projeto dos sistemas de Infraestrutura e urbanismo, a saber:

- **Sistema de Abastecimento de Água Potável:** Será executado conforme diretrizes definidas sob orientação da Concessionária responsável e pela Fiscalização da SMH, a partir da investigação das redes e dispositivos existentes na área de influência.
- **Sistema de Esgotamento Sanitário:** será executado conforme as diretrizes definidas sob orientação da Concessionária responsável e pela Fiscalização da SMH, a partir da investigação das redes e dispositivos existentes na área de influência.
- **Sistema de Drenagem de Águas Pluviais:** será elaborado conforme as diretrizes definidas, sob orientação da SMH e da Rio Águas, com base na investigação das redes e/ou dispositivos de drenagem existentes e no estudo hidrológico.
- **Sistema de Iluminação Pública das Vias:** será executado conforme as diretrizes definidas, sob orientação da SMH e da Companhia Municipal de Energia e Iluminação – RIOLUZ..

- **Geotecnia:** Sistema de Contenção de Encosta: será executado conforme as diretrizes definidas, sob a orientação da SMH e da Fundação GEORIO. O projeto de contenção e estabilização de encostas será elaborado com base nos ensaios geotécnicos realizados e dados hidrológicos levantados. O projeto será elaborado com o objetivo de possibilitar a implantação da proposta urbanística e de infraestrutura e, conforme avaliação, para a mitigação do risco geotécnico existente.

- **Projeto Básico de Urbanismo**

- **Urbanismo:** deverá ser apresentada planta geral com todas as intervenções propostas e quadro geral de todos os quantitativos.
- **Paisagismo:** deverá abranger as áreas esportivas e de lazer, os espaços livres destinados à convivência diária, a arborização das vias de circulação e acesso e as áreas que por suas características merecem este tipo de tratamento, tais como taludes, beiras de rios e canais. No projeto de arborização deverão ser atendidas as recomendações da Fundação Parques e Jardins, no tocante à locação e espaçamentos previstos entre as árvores. Deverá haver previsão de reflorestamento onde couber;
- **Coleta de Lixo:** Deverá ser identificado, pontos de acúmulo, quantidade de contenedores e cálculo de vazão (se necessário), localização e quantidade de papeleiras, conforme especificações da COMLURB.
- **Áreas de Esporte e Lazer e Mobiliário Urbano:** deverá ser apresentado projeto detalhado das áreas de esporte e lazer em conjunto com o mobiliário urbano, de acordo com a proposta do Plano de Intervenção, apresentando plantas de cada área com todos os elementos urbanísticos e de infraestrutura (iluminação, drenagem, áreas edificadas, pisos, elementos construtivos e outros que forem necessários para a perfeita execução da obra). Os elementos do mobiliário urbano, incluindo brinquedos ou elementos de desenho específicos, deverão ser concebidos de forma a estimular o usuário na sua utilização e preservação, contribuindo para a organização do espaço público, utilizando materiais de fácil execução e manutenção.

Projetos de Arquitetura: Desenvolver propostas arquitetônicas, que priorizem, sempre que possível, a sustentabilidade, buscando soluções que minimizem os impactos ambientais. Esses projetos são referentes a edificações (de até 4 pavimentos) voltadas para uso residencial, comercial, institucional e público, conforme existir demanda e possibilidade para sua implantação (terrenos disponíveis, por exemplo). Quaisquer desses projetos, deverão ter instalações prediais, estrutura e fundações projetadas.

- **Demolições:** Deverão ser mapeadas as edificações a serem demolidas, indicando a metragem quadrada, o número de domicílios além de identificar o motivo da demolição.

OBS: Na entrega dos projetos, estes deverão ser acompanhados por:

- **Resumo Executivo:** Memorial Descritivo sucinto dos Projetos, com quantitativos de todos os itens para auxiliar a posterior orçamentação.
- **Listagem das pranchas:** deverá ser apresentada na entrega final a listagem com o nome dos arquivos, o conteúdo referente a cada uma delas e separadas por disciplina.
- **Memória Técnica:** compilação de todas as memórias de cálculos elaboradas para os demais projetos das diversas disciplinas.
- **Arquivos:** os projetos deverão ser apresentados em dwg além dos arquivos de referência para a perfeita leitura das plantas (ctb, xref, etc), além dos arquivos no formato PDF de cada planta.

4.1.1.5 Aprovação nas Concessionárias

Fica a Contratada também responsável pelas aprovações nos órgãos competentes.

É responsabilidade da CONTRATADA solicitar as DPE e DPA e a aprovação final dos projetos. Para tanto, os projetos deverão ser submetidos à análise das respectivas Concessionárias, sendo acompanhados e revisados sempre que houver exigências formuladas por tais órgãos.

Cabe à CONTRATADA realizar as pesquisas das informações necessárias junto às concessionárias, durante o período de elaboração dos projetos.

4.2 APOIO GERENCIAL AO DESENVOLVIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS EM INTERVENÇÕES URBANAS

A CONTRATADA deverá prover a Coordenação de Projetos da SMH de uma equipe técnica qualificada e habilitada, atuando em regime de exclusividade e de forma presencial para auxiliar e apoiar os servidores nas tarefas de planejamento e priorização de ações voltadas as intervenções de urbanização integrada.

A SMH, no seu dia a dia, necessita verificar a viabilidade técnica e econômica de solicitações de intervenção que chegam constantemente de Associações de Moradores, Câmara de Vereadores, Ações Judiciais e demais instâncias.

Como resultado destas atividades, deverá ser elaborado o registro do andamento dos projetos, acompanhamento e resolução de pendências, alimentação de bancos de dados, elaboração de termos de referência, análise e elaboração de orçamentos, participação em reuniões com equipes de projeto e/ou concessionárias, entre outras.

4.2.1 Produtos

- **Relatório de Apoio Gerencial ao desenvolvimento e classificação de Projetos em intervenções urbanas (IE00044504)**

Desse relatório gerencial constarão orientações e diretrizes sobre o programa de intervenção, priorização de áreas a serem atendidas, orientação quanto a dinâmica das intervenções elencando todas as necessidades projetuais, de obras e de trabalho social, a fim de maximizar a produtividade do gerenciamento, bem como apontamento dos serviços constantes no item 4 deste Termo de Referência.

Constarão também as análises contratuais e técnicas dos serviços prestados, consolidando a integração entre todas as frentes de atuação do contrato.

4.3 APOIO GERENCIAL PARA O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA E DE INTERVENÇÕES DE PEQUENO PORTE

A CONTRATADA deverá prover a Coordenação de Projetos da SMH de uma equipe técnica qualificada e habilitada de **forma presencial**, com profissionais descritos na planilha orçamentária, além dos envolvidos nos produtos abaixo descritos, atuando em regime de exclusividade para auxiliar e apoiar os servidores nas tarefas FISCALIZAÇÃO e acompanhamento de projetos, inclusive em campo, verificando a

pertinência e adequação dos projetos. Essa equipe de técnicos (engenheiros, arquitetos, técnicos de edificações, técnicos administrativos, advogado) atuará complementando o trabalho dos servidores, visto que a SMH no momento não dispõe da quantidade de profissionais necessários para desempenhar os trabalhos que advirão da elaboração dos projetos que serão executados, da validação das soluções apresentadas, do acompanhamento do físico e financeiro dos contratos, das vistorias técnicas e de reconhecimento do território, levantando as características e necessidades da comunidade.

As tarefas dessa equipe multidisciplinar são basicamente garantir a qualidade dos projetos elaborados, por meio da verificação das plantas e de sua adequação ao campo, conferência de documentos técnicos e financeiros, elaboração de relatórios de análise de projetos de urbanização integrada, como também de intervenções de pequeno porte.

4.3.1 Produtos

- **Relatório de Apoio Gerencial para acompanhamento de projetos em intervenções de urbanização integrada (IE00044502, compartilhado com obras)**

As atividades desta equipe de Apoio, nas categorias profissionais conforme listada na planilha orçamentária, inclui a verificação das plantas e documentos, inclusive orçamentários, conformidade dos projetos, qualidade dos produtos com verificação em campo da pertinência das intervenções propostas. Verificação e acompanhamento da solicitação de licenças, documentos do processo licitatório, orçamentos, laudos, mão de obra e outros.

- **Relatório de Apoio Gerencial para acompanhamento de projetos em intervenções de pequeno porte (compartilhado com obras - IE00044501)**

As atividades desta equipe de Apoio, nas categorias profissionais conforme listada na planilha orçamentária, inclui a verificação das plantas e documentos, inclusive orçamentários, conformidade dos projetos, qualidade dos produtos com verificação em campo da pertinência das intervenções propostas. Verificação e acompanhamento da solicitação de licenças, documentos do processo licitatório, orçamentos, laudos, mão de obra e outros).

4.4 APOIO GERENCIAL PARA O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA

O Gerenciamento das Obras de Urbanização Integrada visa dar apoio à

execução das obras da SMH, a partir de atividades de inspeções de campo, suporte à Coordenação de Obras na FISCALIZAÇÃO das atividades, planejamento, monitoramento, controle e acompanhamento da evolução dos serviços, elaboração de relatórios periódicos, encaminhamento de informações para posterior elaboração de “*as built*”, dentre outros. Esse gerenciamento abrange, quando solicitado e de acordo com instruções da FISCALIZAÇÃO:

- Auxiliar na elaboração do macroplanejamento para implantação das obras e serviços;
- Acompanhar as diversas etapas do planejamento inseridas no planejamento inicial, bem como das datas-marco estabelecidas contratualmente para a execução dos serviços;
- Auxiliar na elaboração e atualização do controle físico-financeiro da obra, de modo a possibilitar à FISCALIZAÇÃO conhecer, tempestivamente, e a cada momento, a situação da obra no seu desenvolvimento temporal, quantitativo e financeiro, assegurando-lhe as necessárias condições de decidir, em tempo hábil, as medidas para prevenir e remediar desvios indesejáveis;
- Prestar assessoria em relação a qualquer assunto que envolva modificações de contrato, suspensão parcial ou total de serviços, execução de serviços não previstos no contrato, modificações de preços unitários e elaborações de preços de novos serviços;
- Prestar informações acerca do andamento dos trabalhos e prestar relato das principais implicações decorrentes do desenrolar dos mesmos;
- Criar rotinas de acompanhamento e operacionalização dos contratos;
- Acompanhar o controle físico da execução, de forma a perseguir o cumprimento do cronograma avençado nos contratos das intervenções, comparando o que fora previsto com o efetivamente realizado e o impacto no planejamento das etapas futuras e apontando a previsão mensal dos desembolsos, quando aplicável;
- Atualizar periódica e sistematicamente os cronogramas de execução dos projetos e obras, compatibilizando-os e destacando suas interfaces, levando em conta a sequência de execução dos eventos, as relações de precedência e o plano de desembolso;
- Elaborar a documentação fotográfica do empreendimento, registrando a evolução das obras, inclusive como forma de auxiliar a FISCALIZAÇÃO das mesas;

- Analisar os planos de obras propostos pelas empresas, assim como os recursos materiais e humanos que serão colocados à disposição do empreendimento;
- Prestar o apoio logístico à execução dos serviços de gerenciamento, com fornecimento de equipamentos, de materiais de escritório e de suprimentos de informática, com postagem de documentos, disponibilizando meios de transporte e de comunicação;
- Acompanhar a execução de cada etapa da obra, zelando pelo cumprimento da boa técnica e normas pertinentes;
- Auxiliar na verificação do cumprimento das cláusulas dos contratos vigentes;
- Acompanhar a execução da obra verificando a qualidade dos serviços, inclusive sua conformidade com o projeto e especificações técnicas;
- Analisar se os serviços indicados pela FISCALIZAÇÃO, estão sendo executados em desacordo com o projeto e/ou as especificações técnicas, bem como eventuais ocorrências capazes de interferir com o transcorrer normal da obra ou gerar situações de conflito com seus empregados, a população vizinha ou os usuários, de forma a possibilitar que a FISCALIZAÇÃO decida e indique as medidas e procedimentos a serem adotados em relação aos fatos eventualmente verificados;
- Acompanhar as providências tomadas pela Construtora para fazer cumprir as normas em vigor de medicina, higiene e segurança do trabalho, de acordo com os dispositivos contratuais e as peculiaridades de cada obra ou serviço;
- Zelar pelo cumprimento da legislação de segurança do trabalho - NR 18 (Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção);
- Verificar as medidas de segurança ativas e passivas a serem implementadas pela Construtora;
- Verificar, com especial atenção, as medidas adotadas pela Construtora para minimizar as interferências e assegurar a segurança do fluxo de tráfego nas vias da região das obras, especialmente no que concerne a sinalização, sobretudo a noturna, de forma a possibilitar que a FISCALIZAÇÃO decida quais providências adicionais que porventura serão necessárias;
- Acompanhamento da implementação das medidas mitigadoras e de

proteção ambiental propostas nos estudos realizados e aprovados, analisando o projeto básico ou executivo, o EIA/RIMA e outros documentos relativos à obra;

- Execução rotineira dos controles geotécnicos e tecnológicos, observando as normas, as boas técnicas de engenharia e as instruções vigentes; verificando a efetividade da gestão da qualidade da construtora;
- Assessorar no preparo dos elementos de campo referentes aos serviços executados, necessários à elaboração de medições e avaliações dos serviços concluídos, para fins de pagamento por parte da FISCALIZAÇÃO à construtora;
- Acompanhar a execução de ensaios de caracterização de todos os materiais a serem utilizados nos serviços e obras, inclusive dos materiais de jazidas;
- Acompanhar a execução dos controles tecnológicos previstos;
- Acompanhar a execução dos ensaios dos materiais extraídos das jazidas (areais e pedreiras) e industrializados (ligantes, filler, etc.), bem como das misturas de solos e betuminosas e das concretagens executadas no campo;
- Acompanhar a execução dos testes e ensaios de recebimento de materiais realizados pela Construtora. Quando a CONTRATADA entender ser recomendável a realização de ensaios que exijam equipamentos e instalações especiais não previstos no contrato de execução das obras, deverá informar a FISCALIZAÇÃO acerca de sua recomendação, para que a mesma decida quais as providências a serem adotadas;
- Executar os serviços topográficos de verificação necessários à execução das obras, ao controle geométrico dos serviços executados e ao levantamento de informações para subsidiar a FISCALIZAÇÃO na análise das medições de todas as fases das obras.
- A CONTRATADA deverá verificar se todos os empregados da Construtora estão devidamente registrados de acordo com as leis trabalhistas vigentes, bem como se os mesmos trabalham devidamente uniformizados, utilizando crachá de identificação;
- A CONTRATADA deverá manter programa de conscientização dos trabalhadores sobre os procedimentos ambientalmente adequados relacionados às obras, a saúde e segurança do trabalho e ao relacionamento com as comunidades;

- Informar à FISCALIZAÇÃO acerca de eventos e serviços executados pela Construtora, de forma a possibilitar que a FISCALIZAÇÃO mantenha o Diário de Obras atualizado;
- Fazer constar no diário de obras as mudanças de especificações, atrasos, solicitações técnicas da FISCALIZAÇÃO, dentre outras;
- Elaborar "Notas Técnicas", conforme solicitações e instruções da FISCALIZAÇÃO;
- Acompanhar as diversas etapas do planejamento inseridas no planejamento inicial, bem como das datas-marco estabelecidas contratualmente para a execução dos serviços;
- Atestar, juntamente com os técnicos da SMH, os quantitativos dos serviços realizados;
- Elaborar os boletins de medição conforme padrão estabelecido pelos agentes financeiros e demais documentações necessárias para a solicitação da vistoria e pagamento dos serviços realizados;
- Elaborar planilha de serviços extras, quando for o caso, justificando, fundamentadamente e previamente, conforme legislação pertinente, a necessidade de tais serviços;
- Dar o suporte técnico na verificação das alterações de projeto em fase de obras, verificando a sua aprovação e modificação proposta;
- Elaborar indicadores operacionais, financeiros e econômicos, assim como realizar a análise do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;
- Elaborar o relatório final das obras, que deverá conter o "as built" e todos os demais elementos e informações pertinentes à execução da obra;
- Gerar relatórios gerenciais para apoio à decisão, alinhados com as melhores práticas de Gerenciamento de Projetos descritas no PMBOK (Project Management Body of Knowledge) publicado pelo PMI (Project Management Institute);
- Encaminhar informações atualizadas para futura elaboração de "as built", em conformidade com as normas da SMH;
- Assessorar a Comissão de Aceitação Provisória e Definitiva dos serviços executados.

4.4.1 Produtos

- **Relatório de apoio gerencial para acompanhamento de execução de obras em intervenções de urbanização integrada (IE00044502, compartilhado com projetos)**

-

Deverão ser apresentados relatórios abordando aspectos físicos, administrativos, financeiros e outros componentes, garantindo visão gerencial do escopo previsto em plataforma de acesso remoto. Os relatórios mensais deverão fazer referência às seguintes atividades:

- **Apoio ao Acompanhamento, Supervisão e FISCALIZAÇÃO das Obras**
Os relatórios deverão registrar em pormenores, conforme as instruções da SMH, o planejamento e a execução da obra, os avanços físicos alcançados, o controle dos contratos de execução em andamento, eventuais dificuldades, pendências, não conformidades e comentários sobre a qualidade dos serviços executados, ocorrências consideradas relevantes, inclusive referentes a chuvas na região das obras, detalhamento das atividades desenvolvidas, tendo sempre a preocupação de subsidiar a consolidação dos cadastros e desenhos "as built". Devem conter registro fotográfico das diversas frentes de serviço e apresentar os dados e conclusões dos ensaios de caracterização de materiais e de controle tecnológico realizados no mês.
- Relatórios de conformidade técnica e boas práticas.

- **Relatório de Apoio Gerencial para acompanhamento de projetos em intervenções de pequeno porte (compartilhado com projetos - IE00044501)**

Deverão ser apresentados relatórios abordando aspectos físicos, administrativos, financeiros e outros componentes, garantindo visão gerencial do escopo previsto em plataforma de acesso remoto. Os relatórios mensais deverão fazer referência às seguintes atividades:

- **Apoio ao Acompanhamento, Supervisão e FISCALIZAÇÃO das Obras**
Os relatórios deverão registrar em pormenores, conforme as instruções da SMH, o planejamento e a execução da obra, os avanços físicos alcançados, o controle dos contratos de execução em andamento, eventuais dificuldades, pendências, não conformidades e comentários sobre a qualidade dos serviços executados, ocorrências consideradas

relevantes, inclusive referentes a chuvas na região das obras, detalhamento das atividades desenvolvidas, tendo sempre a preocupação de subsidiar a consolidação dos cadastros e desenhos "as built". Devem conter registro fotográfico das diversas frentes de serviço e apresentar os dados e conclusões dos ensaios de caracterização de materiais e de controle tecnológico realizados no mês.

- Relatórios de conformidade técnica e boas práticas.

4.5 APOIO GERENCIAL PARA O ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE OBRAS E INTERVENÇÕES

O Apoio ao Gerenciamento visa dar apoio à execução das obras da SMH, a partir de atividades de inspeções de campo, suporte à Coordenação de Trabalho Social na FISCALIZAÇÃO das atividades, acompanhamento da evolução dos serviços, elaboração de relatórios periódicos, elaboração projeto do trabalho social, elaboração da reprogramação das atividades, dentre outros. Esse Gerenciamento abrange:

- Planejar e orientar a execução das ações específicas por meio da elaboração de projetos do trabalho social, termos de referência e relatórios periódicos de monitoramento e avaliação. O monitoramento e as avaliações deverão ser registrados e sistematizados de modo que sua análise possibilite, se necessário, o redirecionamento das atividades planejadas e a reprogramação do Trabalho Social, do ponto de vista dos objetivos, metas, indicadores de resultados, atividades e prazos, sem alterações no valor do contrato;
- Elaborar a reprogramação das atividades previstas e do cronograma físico-financeiro, com vistas à adequação dos resultados obtidos a partir dos diagnósticos da macro área e das famílias;
- Acompanhar e supervisionar conjuntamente com os técnicos da Coordenadoria de Ações Sócio Habitacionais (CASH/SMH) a execução dos serviços em campo nas suas diversas etapas com a elaboração de relatório situacional que aponte as principais dificuldades identificadas e indicação de oportunidade de melhorias;
- Atestar, juntamente com os técnicos da CASH/SMH os quantitativos dos serviços realizados;
- Prestar as informações solicitadas pela CASH/SMH a respeito de qualquer assunto relacionado aos contratos em execução;
- Elaborar e editar os relatórios dos projetos sociais executados no âmbito

do programa e publicar as experiências, de acordo com as solicitações da CASH/SMH, relacionando seus resultados com as atividades previstas nos respectivos cronogramas dos projetos;

- Emitir relatórios periódicos sobre o cumprimento das etapas e dos cronogramas físico-financeiros, com apresentação de registros qualitativos, quantitativos e fotográficos, de tal forma que a CASH/SMH tenha uma visão da evolução dos serviços, de acordo com as melhores técnicas disponíveis;
- Informar à CASH/SMH os eventos e serviços executados pela CONTRATADA.

4.5.1 Produtos

- **Relatório de apoio gerencial para acompanhamento social de obras e intervenções inseridas em áreas de intervenções no âmbito da SMH com até 1000 domicílios. (IE00044503)**

Destes relatórios constarão obrigatoriamente as seguintes atividades:

- Elaboração do Diagnóstico da macro área e das famílias;
- Elaboração de projetos do trabalho técnico social, termos de referência e relatórios periódicos de monitoramento e avaliação;
- Supervisão do trabalho de campo;
- Elaboração, revisão, fiscalização e reprogramação das atividades previstas.

Todos os eixos de atuação deverão ser estruturados por meio de Plataformas de Gestão Digital, interligando-os e conectando-os com os sistemas existentes no Município, como o SIURB, SABREN e SIHAB, de forma a estreitar a troca de informações entre os atores, em busca de eficiência e transparência. A CONTRATADA deverá dispor dessas ferramentas, com transferência de tecnologia e saberes junto à equipe da SMH, por meio da realização de capacitações, treinamentos etc.

4.6 APOIO GERENCIAL DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL

A Secretaria Municipal de Habitação, tem a obrigação, em acordo com a Lei Complementar nº 201 de 2019, que regulamenta o Plano Municipal de Habitação de

Interesse Social, de elaborá-lo e ao longo do ano de 2025 realizou atividades inerentes às recomendações preconizadas pela Lei.

Após a publicação deste plano, a equipe da SMH necessita de suporte técnico para, em acordo com as metas estabelecidas, acompanhar e registrar os avanços da sua execução.

Desta forma, a CONTRATADA deverá prover este apoio técnico de modo a garantir o registro de todas as informações e auxiliar a SMH nos controles e na geração de demais instrumentos, os quais promovam o andamento tempestivo e cumprimento de todas as etapas do Plano.

Após a Publicação deste plano da SMH necessita de suporte técnico para, em acordo com as metas estabelecidas, acompanhar e registrar os avanços da sua execução.

Desta forma, a CONTRATADA deverá prover este apoio técnico de modo a garantir o registro de todas as informações e auxiliar a SMH nos controles e na geração de demais instrumentos, os quais promovam o andamento tempestivo e cumprimento de todas as etapas do Plano.

4.6.1 Produtos

- **Relatório de acompanhamento da Política Habitacional de Interesse Social voltada para urbanização de assentamentos precários (IE00044506)**

Este relatório deverá conter o descritivo de todas as ações a serem implementadas pelo PMHIS, em acordo com suas metas e indicadores; terá periodicidade mensal e servirá de documento de monitoramento e avaliação da aplicação das políticas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação, objeto deste Termo de Referência, apresenta os seguintes requisitos:

- I. A execução da obra deverá obedecer às normas, resoluções e instruções da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, normas técnicas da ABNT, e demais dispositivos legais vigentes. Em caso de divergência será adotada a mais adequada ordem de prevalência;

- II. Os quantitativos dos serviços deverão seguir ao previsto na planilha orçamentária;
- III. Os serviços que serão executados são classificados como SERVIÇOS ESPECIAL DE ENGENHARIA, em acordo com art. 6º, parag. XXI, § b, da lei 14.133. Os serviços foram descritos no item 4 deste documento.
- IV. A licitação deverá ser realizada sob a modalidade de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com critério de julgamento do tipo TÉCNICA E PREÇO, sob o regime de empreitada por preço unitário e o modo de disputa será FECHADO, em acordo com § 2º do art. 56 da Lei 14.133/21. Os critérios adotados na combinação desses parâmetros visam proporcionar maior competitividade para a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração;
- V. O prazo de execução dos serviços será de 24 meses, contados a partir da assinatura do memorando de início;
- VI. A fase de habilitação, em acordo com o art. 17, da Lei 14.133/21 será realizada após a fase de julgamento. O licitante deverá apresentar dentre sua documentação, declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- VII. Em acordo com o art. 63 desta mesma lei, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor;
- VIII. Para o atendimento ao que dispõe o artigo 67 da Lei 14.133/2021, a empresa licitante deverá apresentar para a Habilitação os seguintes comprovantes:
 - 1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da localidade da sede da proponente.
 - 2. Apresentação de nominal de pelo menos um profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CAU), comprovado pela Certidão de Registro e Quitação do Conselho, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução serviço de características semelhantes às definidas neste Termo de Referência.
 - 3. Atestados de Serviços executados, devidamente registrados no conselho profissional competente (CREA ou CAU) em nome do(s) Profissional(is) que pertence(m) ao Quadro Técnico da Empresa para

comprovação de experiência em porte e complexidades similares ao objeto desta licitação.

4. Comprovação através de Atestado Técnico do licitante possuir como TÉCNICO- PROFISSIONAL (Responsável Técnico pelos serviços que serão contratados) ou em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior reconhecido(s) pelo CREA/CAU para comprovação de experiência limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da Licitação, em semelhantes características e em montante mínimo de 40% do quantitativo que se pretende contratar.

	Parcelas de maior relevância técnica	Total a ser contratado	Comprovação de execução (40%)
1	Experiência em Gerenciamento de projetos abrangendo elaboração, revisão e adequação de projetos de urbanização em assentamentos subnormais;	900.000,00 m²	360.000,00 m²
2	Experiência em Gerenciamento de obras, acompanhamento e fiscalização de intervenções em programas de urbanização integrada em assentamentos subnormais;	6.428 domicílios	2.571 domicílios
3	Experiência em gerenciamento de atividades sócio educativas e assistenciais, avaliação do alcance social dos projetos, serviços e obras e apoio às intervenções em favelas desenvolvendo metodologias para planejamento e divulgação.	6.428 domicílios	2.571 domicílios

Nota: Um mesmo atestado com CAT poderá atender mais de um item, desde que o serviço esteja contemplado no mesmo.

5. Será permitido a apresentação de mais de um atestado de capacidade técnica para a comprovação da experiência de todos os itens exigidos, porém, não será aceito o somatório de atestados diferentes, para a comprovação do quantitativo mínimo exigido para cada item.

6. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo LICITANTE para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá(ão) participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.
7. No caso de o profissional não constar da relação de responsável(is) técnico(s) junto ao CREA/CAU, conforme o caso, o acervo do profissional será aceito, desde que ele comprove vínculo com o licitante, por meio de um dos seguintes documentos:
 - a. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Ficha ou Livro de Registros de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional, ou Guia de Recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais);
 - b. Contrato de Prestação de Serviço celebrado de acordo com a legislação civil comum;
 - c. Contrato Social do licitante em que conste o profissional como sócio.
8. No caso de o RESPONSÁVEL TÉCNICO não pertencer ao quadro permanente da empresa, o acervo do profissional será aceito, desde que, a PROPONENTE demonstre, por meio de DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO, que será firmado o vínculo entre o profissional e a empresa através de Contrato de Regime de Prestação de Serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum na data da celebração do contrato com a Administração.
- IX. Definição da qualificação econômico-financeira: será apresentado no EDITAL DE LICITAÇÃO para esse procedimento.

5.1 Critérios de Sustentabilidade

Trata-se de intervenções de baixo impacto ambiental, por ser ação voltada à elaboração de projetos de urbanização integrada e apoio ao gerenciamento de execução de projetos, obras e Trabalho Social no âmbito das ações implementadas pela SMH. Estes projetos são voltados para melhoria do território com a implantação de infraestrutura básica, acessibilidade e urbanização com paisagismo.

No apoio ao gerenciamento a CONTRATADA deverá, em complemento às ações da fiscalização dos contratos das obras, orientar às empresas nos casos de necessidade de execução de procedimentos relativos à minimização de impactos

ambientais, que serão geradas pela natureza do serviço (execução da obra), tais como o descarte de: material de empréstimo ou nos casos de “bota-fora” de materiais oriundos de escavações, entulhos, lodos; vegetação e restos do serviço; galhos ou material decorrente da poda, o tratamento ou o arrancamento de qualquer árvore; resíduos gerados pela execução das atividades que apresentem características adequadas ao reaproveitamento; material de demolição de pavimentação ou de escavações; restos de madeira.

Deverá também a equipe da CONTRATADA analisar os Planos de Controle Ambiental – PCA a serem elaborados pelas construtoras responsáveis pela execução de obras, que inclui o descarte adequado.

5.2 Subcontratação

Poderá ser admitida a subcontratação, conforme estabelecido no art. 122 da Lei 14.133/2021, em especial ao recomendado no § 1º, a saber: *O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.*

Além disso, a CONTRATADA responderá integralmente pela subcontratada, podendo, a critério da Administração, esta ser afastada por motivos contrários aos objetivos deste projeto. Toda e qualquer responsabilidade sobre as consequências de má conduta, imperícia ou imprudência de pessoal da contratada na execução de serviços determinados pela Fiscalização e todo e qualquer dano que venha a ser causado nos serviços executados, à propriedade de terceiros ou da PCRJ, bem como os encargos impostos por lei, dano ou morte de qualquer pessoa, respondendo por si e seus sucessores, independentemente de seguros por ela efetuados será da Contratada.

Da mesma forma, a Fiscalização fica isenta de quaisquer responsabilidades sobre atos executados por pessoal, equipamentos ou viaturas da Contratada independentemente de os mesmos terem sido ou não determinados ou solicitados por ela.

5.3 Vistoria

As empresas habilitadas para a licitação, objeto deste Termo de Referência,

ficam dispensadas de realizar uma vistoria prévia aos locais elencados neste TR.

5.4 Análise da CODESP

Não se faz necessária a remessa deste processo à CODESP, considerando que no orçamento em tela, a mão de obra contemplada na planilha orçamentária será contratada diretamente pela empresa vencedora do certame e não pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Os trabalhos englobam o fornecimento de relatórios, históricos de acompanhamento dos serviços prestados e elaboração dos projetos de urbanização integrada, além de serviços preliminares de investigação de solo, fornecimento de veículos e outros meios de aferição do apoio ao gerenciamento das ações da SMH. Neste sentido, faz-se mister ressaltar, que as composições de custos do SCO-RIO/FGV e os respectivos itens especiais aprovados, preconizam insumos e coeficientes consagrados e serviços de engenharia, o que permite o desenvolvimento dos trabalhos de forma global.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Início dos trabalhos

A CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos após o recebimento do “Memorando de Início”, emitido pela FISCALIZAÇÃO. Em seguida deverá apresentar-se na sede da SMH, representado pelo Engenheiro/Arquiteto indicado como Responsável Técnico da CONTRATADA, de modo a tomar conhecimento das normas estabelecidas, e demais condições exigidas.

6.2 Providências necessárias para a realização dos serviços

A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra, todos os materiais de consumo para os serviços e veículos (até o limite estabelecido na Planilha Orçamentária) necessários, que possibilitem imprimir andamento aos trabalhos, suficiente para a condução dos mesmos no prazo previsto.

6.3 Equipamentos

A CONTRATADA deverá dispor do número e tipos de veículos nas condições definidas na Planilha Orçamentária, devidamente segurados, inclusive contra terceiros.

Todos os equipamentos e viaturas utilizados nos serviços deverão ser apresentados sempre em perfeitas condições operacionais, serem utilizados exclusivamente para serviços da PCRJ, e seu deslocamento até o local da execução apresentado na proposta técnica da licitação.

6.4 Mão de obra - Experiência e Substituição

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos e serviços especializados necessários, para executar com perfeição e integralmente as atividades relacionadas aos serviços objeto deste Termo de Referência, limitadas às quantidades e diversidades previstas na Planilha de Orçamentária.

Os ocupantes dos cargos de Engenheiro, Arquiteto, Administrativo, Advogados, Assistente Social, Técnico de obras, Secretaria, Apoio Técnico, deverá possuir experiência comprovada, adquirida no exercício de função idêntica e em serviços de características semelhantes à presente.

A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a imediata substituição de qualquer profissional que demonstrar não se enquadrar no perfil necessário a este tipo de serviço ou apresentar conduta inconveniente.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1 Equipe Técnica

Durante todo o desenvolvimento dos serviços de que trata o presente Termo de Referência, a empresa CONTRATADA e sua equipe técnica deverão agir em consonância com as diretrizes da SMH.

A CONTRATADA designará oficialmente o responsável pela coordenação geral técnica do contrato a ser firmado com a SMH.

A prestação dos serviços se dará nas dependências da CONTRATADA e nos locais designados pela SMH.

Caso a empresa CONTRATADA esteja sediada em outro município, deverá instalar escritório nesta Cidade para melhor operacionalização do contrato. Este escritório deverá possuir equipamentos, software, mobiliário e suprimentos necessários ao cumprimento do contrato e ainda possibilitar a presença de sua equipe na realização de eventos e reuniões periódicas nas dependências da PCRJ, junto às equipes técnicas e a FISCALIZAÇÃO. A prestação dos serviços se dará nas dependências da CONTRATADA e nos locais designados pela SMH.

Durante todo o desenvolvimento dos serviços de que trata o presente Termo

de Referência, a empresa CONTRATADA e sua equipe técnica deverão agir em consonância com as diretrizes da SMH.

A CONTRATADA designará oficialmente o responsável pela coordenação geral técnica do contrato a ser firmado com a SMH, em consonância com o apresentado na proposta técnica da licitação.

7.2 Apoio Logístico

Cabe à CONTRATADA prover todo e qualquer apoio logístico necessário para a execução do serviço objeto desta contratação no canteiro de obras ou nas dependências da SMH, tais como:

- Reprodução de material gráfico de divulgação;
- Equipamentos de informática (microcomputadores, laptops, drones, roteador, switch, no-breakers e scanner), de última geração, indispensáveis à consecução dos serviços, bem como a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos, assegurando o uso contínuo em bom estado, e o fornecimento de todos os suprimentos pertinentes aos equipamentos.
- Comunicação: equipamentos de comunicação (celular, rede interna e de transmissão de dados);
- Ao final do contrato a CONTRATADA deverá disponibilizar o sistema na versão mais atualizada, existente no mercado.
- Deverá garantir a disponibilização dos softwares necessários para a elaboração dos projetos, incluindo Twinmotion, SketchUp e CorelDRAW, bem como equipamentos (máquinas) com configurações compatíveis e adequadas ao pleno funcionamento desses softwares.
- Todos os custos referentes ao apoio logístico caberão à CONTRATADA

7.2.1 Fornecimentos de Informações

A CONTRATADA será responsável pelo sigilo de todos os dados, documentos e informações recebidas no âmbito desta contratação, ficando a SMH responsável pela disponibilização das informações necessárias para a execução dos serviços objeto deste termo.

7.2.2 Propriedade dos Serviços

Todos os produtos dos serviços e seus suportes, inclusive resultados, informações e métodos desenvolvidos no contexto dos serviços, serão de propriedade exclusiva da SMH, cabendo a estas autorizar o uso e a divulgação da totalidade ou parte desses

produtos.

7.3 Relacionamento Contratada e Fiscalização

A FISCALIZAÇÃO do contrato será procedida por no mínimo 3 (três) servidores da SMH, especialmente designados para esse fim, conforme Art. 7º do Decreto Municipal 34.012/2011. A eles caberá a FISCALIZAÇÃO da execução dos serviços e a atestação de despesas, além de resolver e decidir todo e qualquer caso de dúvida que surja ou que não esteja previsto neste Termo de Referência.

A execução de todos os serviços deverá obedecer aos procedimentos contidos neste Termo de Referência, bem como aos termos previstos no contrato. Deverão ser observadas adicionalmente as normas, resoluções e instruções da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, normas técnicas da ABNT e demais dispositivos legais vigentes.

Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos, não previsto no Contrato, neste Termo de Referência e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos, dentro dos limites de suas atribuições.

De modo algum, a atuação da FISCALIZAÇÃO eximirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA pelos defeitos de concepção, logística, atuação e execução dos serviços previstos neste Termo de Referência e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes. Só à CONTRATADA caberá a responsabilidade, devendo a mesma informar, por via documental, à FISCALIZAÇÃO, qualquer ação que julgue incompatível com a boa técnica, devidamente justificada e fundamentada. A FISCALIZAÇÃO poderá acatar e deverá definir nova abordagem para solução do problema.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento dos mesmos.

Este Termo de Referência e a Planilha Orçamentária são elementos que se complementam, devendo eventuais discordâncias serem resolvidas pela FISCALIZAÇÃO, com a mais adequada ordem de prevalência. A CONTRATADA deverá conservar uma cópia destes documentos, sempre à disposição da FISCALIZAÇÃO.

7.4 Responsabilidades e Garantias

As sanções passíveis de serem aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na nova Lei de Licitações (14.133) são:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Conforme prevê o § 4º do artigo em comento, a **sanção de impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Já na forma do § 5º do mesmo artigo, a **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.5 Cronograma

O cronograma físico financeiro faz parte integrante dos documentos de licitação. Porém, a Contratada deverá apresentar em até quinze dias uma atualização numa representação gráfica contendo o tempo de duração dos serviços a serem executados, prevendo sua integralização. Esse cronograma será submetido à aprovação da Fiscalização.

Os serviços previstos bem como o aluguel de equipamentos deverão ser realizados de acordo com a solicitação da Fiscalização. As medições serão, portanto, sujeitas à realização dos serviços solicitados e executados.

7.6 Medições

A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, durante o período de execução dos serviços, junto com a documentação de faturamento, um relatório descritivo dos serviços, com memória de cálculo elencando os itens orçamentários do

SCO-Rio utilizados na execução de cada serviço ou produto, de acordo com as planilhas e quantitativos por produto discriminados no orçamento.

As medições para efeito de pagamento serão procedidas mediante a apresentação dos produtos/relatórios mensais. Poderá haver medições intermediárias, mediante a apresentação de relatórios parciais.

O desempenho da CONTRATADA será avaliado mensalmente pela FISCALIZAÇÃO, através dos procedimentos descritos no **Boletim de Desempenho**, com a finalidade de verificação da perfeita execução dos serviços e o atendimento aos projetos, normas, especificações e disposições contratuais.

As medições autorizadas pela FISCALIZAÇÃO deverão estar em consonância com o Decreto Municipal 34.012/11 e suas alterações.

7.7 Entrega dos Serviços

A entrega dos serviços se dará por serviços executados.

Serão entregues por meio digital e os produtos serão apresentados à equipe da fiscalização.

Os Relatórios serão enviados por meio digital ao e-mail da Coordenação do Contrato na SMH.

As aprovações serão realizadas por meio de uma certidão que validará o pagamento do serviço.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado do contrato será de: **R\$ 66.552.724,01** (SESSENTA E SEIS MILHÕES, QUINHENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS, UM CENTAVO).

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante no documento que acompanha o Estudo Técnico Preliminar – ETP.

A Planilha Orçamentária apresenta todos os quantitativos, unidades de medida, valores unitários e globais correspondentes a esta contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A necessidade da presente contratação está alinhada com o Planejamento Orçamentário, respaldada no Plano Plurianual (PPA) (2022-2025), na abrangência do Programa de Trabalho nº PT 3202.16.451.0605.1322 e Natureza de Despesa nº 4.4.90.51.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

A responsabilidade pelas informações, pareceres técnicos, jurídicos e econômicos exarados na presente licitação é exclusiva da equipe técnica do Órgão/Entidade de onde este certame é originário.

10.1 Proposta Técnica

A avaliação da Proposta Técnica será feita levando-se em consideração, a clareza, objetividade e consistência, o atendimento às especificações ao Edital e respectivo Termo de Referência, na confiabilidade e experiência, tanto da licitante, quanto da equipe técnica principal.

Serão atribuídas notas de acordo com seus níveis de adequação, devendo a proposta estar constituída de elementos suficientes para uma correta avaliação. As notas calculadas serão, quando for o caso, arredondadas até os centésimos, consoante norma da ABNT NBR 5891 Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

10.1.1 Critérios de Avaliação da Proposta Técnica

A. CONHECIMENTO DO OBJETO → VALOR MÁXIMO = 20 PONTOS

A licitante deverá demonstrar, através de uma dissertação de, no máximo 25 (VINTE E CINCO) páginas, sendo, no máximo, 20 páginas no formato A4 e 5 páginas no formato A3; **deverá ser utilizada a fonte Arial, tamanho 11, espaçamento 1,5, margens 3 cm (superior/esquerda) e 2 cm (inferior/direita), alinhamento justificado.** O pleno conhecimento das especificidades do trabalho que se propõe a executar em favelas, loteamentos e assentamentos informais, demonstrado conhecimento dos procedimentos específicos, nas questões ligadas ao gerenciamento de projetos, execução de obras de urbanização e trabalho social, contemplando a coordenação, assessoramento técnico, supervisão, fiscalização, elaboração de estudos técnicos, relatórios, elaboração e revisão de projetos, controle de custos, elaboração de Termos de Referência, acompanhamento de contratações e da execução de contratos da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

Serão atribuídas notas no intervalo de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos, no máximo, observando-se os quesitos seguintes e os critérios do Item F:

QUESITO	DISCRIMINAÇÃO	Completo e Inovador	Completo	Incompleto	Incorreto ou omitido
A.1	Conhecimento geral de favelas e loteamento e assentamentos informais na cidade do Rio de Janeiro	3	2,4	1,5	0
A.2	Conhecimento da execução das atividades constantes das condições gerais da contratação	7	5,6	3,5	0
A.3	Conhecimento das disciplinas dos projetos, obras e serviços a serem desenvolvidos e potenciais interferências entre elas	7	5,6	3,5	0
A.4	Aspectos relevantes a considerar no desenvolvimento do trabalho, problemas potenciais e possíveis soluções	3	2,4	1,5	0
TOTAL ITEM A - Conhecimento do Objeto		20	16	10	0

B. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA - VALOR MÁXIMO = 25 PONTOS

O item Plano de Trabalho e Metodologia consiste na apresentação da sistemática proposta para a execução de projetos, o apoio ao gerenciamento de execução de obras e trabalho social e demais itens descritos no item 4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO, contemplando a coordenação, assessoramento técnico, supervisão, fiscalização, elaboração de estudos técnicos, relatórios, elaboração e revisão de projetos, controle de custos, elaboração de editais, acompanhamento de contratações e da execução de contratos.

A licitante deverá realizar uma descrição das atividades e tarefas, de forma detalhada para o desenvolvimento, indicando o Plano de Trabalho e a Metodologia a ser utilizada na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, devendo ser apresentado o organograma da equipe, bem como o fluxograma de atividades proposto. Estas informações deverão ser apresentadas numa dissertação de, no máximo 25 (VINTE E CINCO) páginas, sendo, no máximo, 20 páginas no formato A4 e 5 páginas no formato A3; **deverá ser utilizada a fonte Arial, tamanho 11, espaçamento 1,5, margens 3 cm (superior/esquerda) e 2 cm (inferior/direita), alinhamento justificado.**

A Comissão avaliará a capacidade de entendimento do conteúdo dos serviços descritos no Termo de Referência, a adequação e pertinência da proposta, se exequível e compatível aos meios propostos e diferenciais que levem à maior eficácia na execução dos serviços. Desta forma, espera-se que cada proponente, neste tópico descreva e considere as seguintes questões mais relevantes:

1. O Plano de Trabalho deverá apreciar a Metodologia a ser proposta para o objeto previsto neste Termo de Referência, com descrição das atividades e tarefas a serem desenvolvidas na elaboração dos serviços, bem como os produtos necessários;
2. A estrutura técnico-operacional proposta pela licitante, incluindo processos, técnicas, equipamentos, fluxograma e cronograma de atividades. (Estrutura da Equipe Técnica de apoio à elaboração dos projetos deverá especificar a atuação de cada um, bem como o organograma, histograma da equipe, Cronograma e o Fluxograma das Atividades;
3. Metodologia para realização dos serviços;

Serão atribuídas notas no intervalo de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, no máximo, observando-se os quesitos seguintes e os critérios do Item F:

QUESITO	DISCRIMINAÇÃO	Completo e Inovador	Completo	Incompleto	Incorreto ou omitido
B.1	Plano de Trabalho	10	8	5	0
B.1.1	Descrição das atividades, tarefas e produtos a serem desenvolvidos na execução dos serviços.	5	4	2,5	0
B.1.2	Estrutura organizacional proposta para a execução dos serviços e definição das atribuições e responsabilidades das equipes.	1	0,8	0,5	0
B.1.3	Cronograma geral e específico dos serviços, indicando o período total e o período de cada uma das atividades que as compõem.	2	1,6	1	0
B.1.4	Fluxograma das atividades a serem desenvolvidas	2	1,6	1	0
B.2	Metodologia	15	12	7,5	0
B.2.1	Bases Metodológicas para a solução e execução dos serviços	5	4	2,5	0
B.2.2	Descrição das técnicas e métodos aplicáveis ao desenvolvimento dos serviços.	10	8	5	0
TOTAL ITEM B - Plano de Trabalho e Metodologia		25	20	12,5	0

C. EMPRESA: CAPACIDADE TÉCNICA, EXPERIÊNCIA E COMPROMETIMENTO COM A QUALIDADE, SAÚDE E MEIO AMBIENTE, BEM COMO COM OS LIMITES LEGAIS E ÉTICOS COM O PODER PÚBLICO - VALOR MÁXIMO = 30 PONTOS

Para comprovação, deverão ser relacionados os trabalhos desenvolvidos pela licitante, devidamente comprovados através de atestados, com suas respectivas Certidões de Acervo Técnico emitidos por Conselho Profissional, nos casos em que os conselhos exararem tal certidão. Para atestar a qualidade dos serviços da empresa, seu comprometimento com a qualidade, saúde e com o meio ambiente, boa e adequada gestão empresarial nos limites legais e éticos com o poder público, serão pontuadas certificações ISO.

QUESITO	SERVIÇO	QUANTIDADE DE COMPROVANTES (até)	PONTOS POR COMPROVANTE	PONTOS TOTAIS
C.1	Gerenciamento de Programa de Infraestrutura Urbana em áreas de Baixa Renda	4	2	8
C.2	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de projeto e/ou obras de Habitação de Baixa Renda	3	1	3
C.3	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de projeto e/ou obras de Infraestrutura Urbana em Áreas de Baixa Renda	3	2	6
C.4	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de projeto e/ou obras de Equipamentos de Lazer tais como praças, quadras de esporte ou ciclovias	3	1	3
C.5	Gerenciamento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização de Reassentamento de Famílias	2	1	2
C.6	Elaboração ou Revisão de Projetos de Requalificação Urbana	3	1	3
C.7	Certificado ISO 9001/2015 - Qualidade	1	1	1
C.8	Certificado ISO 37001 - Compliance	1	1	1
C.9	Certificado ISO 37301 - Anticorrupção	1	1	1
C.10	Certificado ISO 45001 – Saúde e Segurança Ocupacional	1	1	1
C.11	Certificado ISO 14001 – Meio Ambiente	1	1	1
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS - ITEM C - EMPRESA				30 PONTOS

**D. EQUIPE TÉCNICA: CAPACIDADE TÉCNICA E
EXPERIÊNCIA - VALOR MÁXIMO = 25 PONTOS**

A empresa licitante deverá apresentar a Equipe Técnica Principal que irá desempenhar as atividades atinentes ao objeto da licitação, indicando, nominalmente, os profissionais com dedicação permanente e os profissionais com dedicação não contínua da equipe relacionada pela licitante para atender aos critérios estabelecidos no Termo de Referência.

Todos os profissionais nominados que não tenham vínculo empregatício com a licitante deverão apresentar carta-compromisso de concordância de inclusão de seu nome na proposta, além das respectivas fichas curriculares.

O profissional cujo currículo for apresentado nas condições anteriores deverá participar dos trabalhos, caso o serviço seja adjudicado à licitante. A eventual modificação de profissional alocado na equipe técnica que irá executar os trabalhos deverá ser por profissional de igual qualificação à pontuada nesta Licitação, bem como com prévio conhecimento e aprovação da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

Para comprovação da capacidade e experiência da equipe técnica deverão ser apresentadas por meio de Atestados técnicos e/ou declarações com Certidões de Acervo Técnico – CAT's, emitidas pelo Conselho Regional Profissional de Classe, caso aplicável.

Esta equipe a ser comprovada é a EQUIPE CHAVE MÍNIMA de nível superior, que será fixa durante toda a duração do contrato.

Serão atribuídas notas no intervalo de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, observando-se os quesitos seguintes:

QUESITO	DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
D.1	Engenheiro/Arquiteto Coordenador: máximo de 6,0 (seis) pontos – Profissional formado em Engenharia Civil/arquitetura, com no mínimo 10 anos de formado e experiência em Coordenação de Gerenciamento de Programas e; Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização de Projetos e Obras; <ul style="list-style-type: none"> Cada atestado será pontuado com 2,0 (dois) pontos até o limite de 6,0 (seis) pontos, sendo que um dos atestados (e CAT) deverá ser de Gerenciamento de Programas de Infraestrutura Urbana. Caso este atestado não seja apresentado não será pontuado, restando apenas a pontuação da apresentação dos atestados nas demais atividades relacionadas na designação do profissional solicitada neste item, perfazendo total de 4 pontos como nota máxima. 	6
D.2	Engenheiro/arquiteto Sênior: máximo de 4,0 (quatro) pontos – Profissional formado em engenharia Civil/arquitetura, com no mínimo 10 anos de formado e experiência em Planejamento e Controle de Programas, contratos, projetos e obras na área de infraestrutura urbana em áreas de baixa renda; <ul style="list-style-type: none"> Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 4,0 (quatro) pontos 	4
D.3	Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Sanitarista ou Engenheiro Civil com especialização na área ambiental ou sanitária: profissional sênior com experiência em gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização ambiental de obras. Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 4,0 (quatro) pontos	4
D.4	Engenheiro Pleno: profissional com formação em engenharia civil, com experiência em orçamentos. <ul style="list-style-type: none"> Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 4,0 (quatro) pontos 	4
D.5	Arquiteto Pleno: profissional com formação em arquitetura, com experiência na elaboração de estudos e projetos de urbanização integrada. <ul style="list-style-type: none"> Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 4,0 (quatro) pontos 	4
D.6	Sociólogo ou Assistente Social Pleno, com experiência em acompanhamento social de obras, e realocação de moradores <ul style="list-style-type: none"> Será pontuado 1,5 (um vírgula cinco) pontos para cada atestado apresentado até o limite de 3,0 (três) pontos 	3
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS ITEM D – EQUIPE TÉCNICA		25 PONTOS

NOTA: O mesmo atestado pode ser apresentado para as comprovações de diversos profissionais, desde que o nome do profissional esteja contido no mesmo.

E. COMPOSIÇÃO DA NOTA TÉCNICA QUADRO FINAL DE PONTUAÇÃO TÉCNICA

QUESITOS	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	Conhecimento do Objeto	20
B	Plano de Trabalho e Metodologia	25

C	Empresa – Comprovação segundo o item respectivo	30
D	Equipe Técnica – Capacidade Técnica e Experiência	25
TOTAL		100

F. CRITÉRIOS PARA ADOÇÃO DA PONTUAÇÃO

Na avaliação dos quesitos e atribuição das notas referentes ao Conhecimento do Objeto (A) e do Plano de Trabalho e Metodologia (B) será de acordo com a pontuação dos quadros contidos nos respectivos itens e os critérios descritos abaixo:

- 0 (zero) ponto para cada elemento apresentado que estiver incorreto ou omitido;
- 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima do item para o elemento que for apresentado incompleto;
- 80% (oitenta por cento) da pontuação máxima do item para o elemento que for apresentado em seu formato completo;
- 100% (cem por cento) da pontuação máxima do item para o elemento que for apresentado contendo inovação, contemplando o formato completo e que possua algum diferencial identificado;
- Consideram-se como parâmetros de avaliação para os critérios acima mencionados as seguintes definições:
- Incorreto ou omitido: elemento assim considerado cujo conteúdo é claramente inaplicável ou tecnicamente incompatível com os propósitos do serviço objeto da contratação;
- Incompleto: elemento assim considerado cujo conteúdo é claramente aplicável, mas apresenta incoerência e insuficiência de informações em relação à execução dos serviços objeto da contratação;
- Completo: elemento assim considerado cujo conteúdo é claramente aplicável com coerência e suficiência de informações para execução dos serviços objeto da contratação;
- Completo e Inovador: elemento assim considerado cujo conteúdo é claramente aplicável com coerência e suficiência de informações para execução dos serviços com diferencial que admita maior eficácia ao objeto da contratação.

Os seguintes aspectos também deverão ser considerados: Coerência, Clareza, Objetividade, Inovação, Apresentação e Inter-relacionamento entre atividades.

CÁLCULO DA NOTA TÉCNICA: A nota referente à Proposta Técnica de cada licitante será obtida a partir do resultado obtido pela fórmula a seguir:

$$N_T = N_A + N_B + N_C + N_D$$

Onde:

NT = Nota Técnica obtida pela Licitante;

NA = Nota da Licitante referente ao quesito Conhecimento do Problema;

NB = Nota da Licitante referente ao quesito Plano de Trabalho e Metodologia,

NC = Nota da Licitante referente ao quesito Empresa: Capacidade Técnica, Experiência e comprometimento com a Qualidade, Saúde e Meio Ambiente, bem como com os limites Legais e Éticos com o Poder Público;

ND = Nota da Licitante referente ao quesito Equipe Técnica: Capacidade e Experiência.

10.2 Proposta de Preço

10.2.1 Critérios de Avaliação da Proposta de Preço

CÁLCULO DA NOTA DE PREÇOS: A nota referente à Proposta de Preços de cada licitante será calculada a partir do resultado obtido pela fórmula a seguir:

$$NP = 100 - 10 * (Po - Pm) / (Ve - Pm)$$

Onde:

NP = Nota de Preço obtida pela Licitante;

Ve = Valor estimado pelo Poder Público no Edital;

Po = Preço ofertado pela Licitante e;

Pm = Preço mínimo ofertado.

A pontuação referente às propostas de preços será calculada até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais em consonância com a NBR 5891 – ABNT – Regras de Arredondamento na Decimal.

10.3 Pontuação Final

A Nota Final será obtida a partir do resultado obtido pela fórmula a seguir:

$$N_F = (0,7 \times N_T) + (0,3 \times N_P)$$

Onde:

NF = Nota Final da proposta;

NT = Nota Técnica (da proposta técnica) da licitante; NP = Nota de Preços (da proposta de preços) da licitante


- i. Os cálculos da Nota Final, deverão ser calculados até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais, em consonância com a NBR 5891 – ABNT – Regras de Arredondamento na Decimal.
- ii. Será julgada VENCEDORA a LICITANTE que obtiver na Nota Final a MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO (NF), ficando as demais classificadas em ordem decrescente de NF.
- iii. Havendo igualdade na NOTA FINAL (NF) entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados para desempate, na ordem em que se encontram enumerados, os critérios dispostos na Lei 14.133/2021 e suas regulamentações.

Serão DESCLASSIFICADAS as empresas que:


- Contenham vícios insanáveis;
- Descumpram especificações técnicas ou orientações constantes do instrumento convocatório;
- Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação de que trata o referido Termo de Referência;
- Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista;
- Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

11. DOCUMENTOS INTEGRANTES AO TERMO DE REFERÊNCIA

Planilha Orçamentária

Documento assinado digitalmente
 **ANDREA CARDOSO**
Data: 10/04/2026 15:58:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andrea Cardoso
Coordenadora de Projetos
H/SUBH/CP
MAT. 70/383434-8

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS BAARS DE ARAUJO**
Data: 10/04/2026 16:43:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carlos Baars de Araujo
Engenheiro
H/SUBH/CP
MAT. 11/169.092-4

ANEXO III
CUSTO ESTIMADO
PLANILHA DE CUSTOS UNITARIOS/CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

Código da Obra: 9.041
Processo: HBT-PRO-2025/01357
Ano/ Mes de referencia: 2025/08
Prazo Previsto: 720 Dias Corridos
EAP: EAP GERAL
Aplicação de Percentuais: FATOR K
Tipo de Preço SCO: DESONERADO
Obra / Serviço: Apoio ao Gerenciamento para realização de projetos, acompanhamento de Obras e Trabalho Técnico Social em assentamentos informais nas diversas Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro

LOCAL DA OBRA / SERVIÇO

AP	RA	BAIRRO	LOGRADOURO	COMPLEMENTO
AP 1.1				
AP 2.1				
AP 2.2				
AP 3.1				
AP 3.2				
AP 3.3				
AP 3.4				

AP 3.5
AP 3.6
AP 3.7
AP 4.1
AP 4.2
AP 5.1
AP 5.2
AP 5.3
AP 5.4



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041 Processo : HBT-PRO-2025/01357 Ano/ Mes de referencia : 2025/08 Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVIÇOS TÉCNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITÓRIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: ADM LOCAL

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	AD14150750(B)	Veículo de serviço, motor 1.0, com ar condicionado, direção hidráulica, rádio, inclusive combustível, seguro, lubrificação, manutenção, licenciamento, quilometragem livre, sem motorista. Custo mensal.(desonerado)	un.mes	24,0000	6.301,41	151.233,84
2	AD39050080(/)	Auxiliar de escritório (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	4392,0000	33,68	147.922,56
3	AD39050086(/)	Técnico de nível médio (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	4392,0000	34,00	149.328,00
4	AD39050122(/)	Engenheiro, arquiteto ou geólogo jr (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	4392,0000	139,29	611.761,68
5	AD39050128(/)	Engenheiro ou arquiteto, coordenador geral de projetos ou supervisor de obras (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	4392,0000	216,95	952.844,40
6	AD39050170(/)	Motorista de veículo leve de serviço (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	4392,0000	23,88	104.880,96
7	AD39050188(/)	Secretaria (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	4392,0000	39,91	175.284,72
Total da Planilha						2.293.256,16 3,4458(%)
Total do Subsistema						2.293.256,16 3,4457 (%)
Total do Sistema						2.293.256,16 3,4457 (%)



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041 Processo : HBT-PRO-2025/01357 Ano/ Mes de referencia : 2025/08 Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: APOIO OBRAS

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	IE00044501	Apoio gerencial para acompanhamento de execução de obras e acompanhamento de projetos em intervenções de pequeno porte. (desonerado)	un	120,0000	26.838,28	3.220.593,60
2	IE00044502	Apoio gerencial para acompanhamento de execução de obras e acompanhamento de projetos em intervenções de urbanização integrada com até 1000 domicílios. (desonerado)	un	312,0000	60.203,71	18.783.557,52
Total da Planilha						22.004.151,12 33,0627(%)
Total do Subsistema						22.004.151,12 33,0627 (%)
Total do Sistema						22.004.151,12 33,0627 (%)



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041 Processo : HBT-PRO-2025/01357 Ano/ Mes de referencia : 2025/08 Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: APOIO PROJETOS

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	CE04050050(/)	Prestacao de servicos de engenharia para acompanhamento e desenvolvimento de estudos e projetos das Diretorias de Projetos e de Informacoes Gerenciais, com alocao de tecnicos especializados.(desonerado)	hh	13176,0000	235,48	3.102.684,48
2	AD14150750(B)	Veiculo de servico, motor 1.0, com ar condicionado, direcao hidraulica, radio, inclusive combustivel, seguro, lubrificacao, manutencao, licenciamento, quilometragem livre, sem motorista. Custo mensal.(desonerado)	un.mes	48,0000	6.301,41	302.467,68
3	AD39050086(/)	Tecnico de nivel medio (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	8784,0000	34,00	298.656,00
4	AD39050122(/)	Engenheiro, arquiteto ou geologo jr (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	35136,0000	139,29	4.894.093,44
5	AD39050170(/)	Motorista de veiculo leve de servico (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	8784,0000	23,88	209.761,92
6	IE00044504	Apoio gerencial ao desenvolvimento e classificação de projetos em intervenções urbanas. (desonerado)	un	24,0000	47.007,97	1.128.191,28
7	IE00044506	Relatório de acompanhamento da implantação da Política Habitacional de Habitação de Interesse Social voltada para urbanização de assentamentos precários. (desonerado)	un	24,0000	50.399,41	1.209.585,84
Total da Planilha						11.145.440,64 16,7468(%)
Total do Subsistema						11.145.440,64 16,7467 (%)
Total do Sistema						11.145.440,64 16,7467 (%)



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041 Processo : HBT-PRO-2025/01357 Ano/ Mes de referencia : 2025/08 Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: EQ APOIO SOCIAL

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	IE00044503	Apoio gerencial para acompanhamento social de obras e intervenções inseridas em áreas de intervenções no âmbito da SMH com até 1000 domicílios. (desonerado)	un	312,0000	27.487,00	8.575.944,00
Total da Planilha						8.575.944,00 12,8859(%)
Total do Subsistema						8.575.944,00 12,8859 (%)
Total do Sistema						8.575.944,00 12,8859 (%)



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041

Processo : HBT-PRO-2025/01357

Ano/ Mes de referencia : 2025/08

Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: LEVANTAMENTOS

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE14100150(/)	Execucao de linha de prospeccao por radar de penetracao no solo (GPR), incluindo a apresentacao do relatorio com as secoes processadas, em papel e em meio digital, excluindo o processamento e interpretacao dos dados.(desonerado)	m	3000,0000	2,92	8.760,00
2	SE14100200(/)	Interpretacao de dados de radar de penetracao no solo (GPR), incluindo a analise de secoes migradas e nao migradas e apresentacao do relatorio com as secoes interpretadas, em papel e em meio digital.(desonerado)	m	3000,0000	15,57	46.710,00
3	SE14100250(/)	Processamento de dados de radar de penetracao no solo (GPR), incluindo correcao topografica, filtros, ganhos e migracao, atraves de softwares para esse fim, Gradix ou similar, incluindo a apresentacao do relatorio com as secoes processadas, em papel e em meio digital.(desonerado)	m	3000,0000	11,49	34.470,00
4	SE19050100(/)	Destocamento de arvores de porte medio e raizes profundas, sem remocao e auxilio mecanico.(desonerado)	un	180,0000	360,05	64.809,00
5	SE19050250(/)	Rocado manual em vegetacao rala, empilhamento e queima de residuos.(desonerado)	m2	45000,0000	0,49	22.050,00
6	SE19050500(A)	Rocado mecanico, empregando rocadeira costal e ajuntamento do material resultante.(desonerado)	ha	13,5000	5.864,71	79.173,58
7	SE19100253(/)	Levantamento topografico, planialtimetrico e cadastral, executado de acordo com as especificacoes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em terreno de orografia acidentada, vegetacao rala e edificacao densa, com area de 4 a 10 ha (escala 1:500).(desonerado)	ha	9,0000	12.484,83	112.363,47
8	SE19100453(/)	Levantamento topografico, planialtimetrico e cadastral, executado de acordo com as especificacoes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em terreno de orografia nao acidentada, vegetacao rala e edificacao media, com area de 4 a 10 ha (escala 1:500).(desonerado)	ha	9,0000	6.696,41	60.267,69
9	SE19100503(/)	Levantamento topografico, planialtimetrico e cadastral, executado de acordo com as especificacoes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em terreno de orografia nao acidentada, vegetacao rala e edificacao densa, com area de 4 a 10 ha (escala 1:500).(desonerado)	ha	9,0000	8.739,38	78.654,42
10	SE19101550(/)	Levantamento cadastral das profundidades dos tubos e galerias que concorrem em um poco de visita, profundidades estas, medidas de regua e referenciadas a cota da tampa do poco-poco encontrado em condicoes de limpeza que permitam a leitura imediata.(desonerado)	un	540,0000	11,61	6.269,40



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041 Processo : HBT-PRO-2025/01357 Ano/ Mes de referencia : 2025/08 Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: LEVANTAMENTOS

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
11	SE19101700(/)	Levantamento cadastral das profundidades dos tubos e galerias que concorrem em um poco de visita, profundidades estas, medidas a regua e referenciadas a cota da tampa do poco-poco em meio a uma via publica com trafego, encontrado em condicoes de limpeza que permitam a leitura imediata.(desonerado)	un	270,0000	216,32	58.406,40
12	SE19101750(/)	Levantamento cadastral das profundidades dos tubos e galerias que concorrem em um poco de visita, profundidades estas, medidas a regua e referenciadas a cota da tampa do poco-poco em meio a uma via publica com trafego, encontrado inundado tendo que ser esgotado antes que se possa fazer a leitura.(desonerado)	un	180,0000	311,92	56.145,60
13	SE19101800(/)	Levantamento cadastral das profundidades dos tubos e galerias que concorrem em um poco de visita, profundidades estas, medidas a regua e referenciadas a cota da tampa do poco-poco localizado em meio a via publica com trafego, encontrado assoreado tendo que ser limpo antes que se possa fazer a leitura.(desonerado)	un	90,0000	311,92	28.072,80
14	SE19101850(/)	Levantamento cadastral das profundidades dos tubos e galerias que concorrem em um poco de visita, profundidades estas, medidas a regua e referenciadas a cota da tampa do poco-poco em meio a uma via publica com trafego, coberto por camada asfaltica, encontrado em condicoes de limpeza que permitam a leitura imediata.(desonerado)	un	90,0000	237,73	21.395,70
15	SE19101900(/)	Levantamento cadastral das profundidades dos tubos e galerias que concorrem em um poco de visita, profundidades estas, medidas a regua e referenciadas a cota da tampa do poco-poco em meio a uma via publica com trafego, coberto por camada asfaltica, encontrado inundado tendo que ser esgotado antes que se possa fazer a leitura.(desonerado)	un	90,0000	333,32	29.998,80
16	SE19101950(/)	Levantamento cadastral das profundidades dos tubos e galerias que concorrem em um poco de visita, profundidades estas, medidas a regua e referenciadas a cota da tampa do poco-poco em meio a uma via publica com trafego, coberto por camada asfaltica, encontrado assoreado tendo que ser limpo antes que se possa fazer a leitura.(desonerado)	un	90,0000	333,32	29.998,80
17	SE19102050(A)	Levantamento topografico, planialtimetrico e cadastral, executado de acordo com as especificacoes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em favelas, considerando cotas de soleira e sanitarios, medicao de lotes, posteamento e demais elementos naturais existentes, com ate 10ha, elaborado na escala 1:500.(desonerado)	m2	585000,0000	3,35	1.959.750,00
18	AD04050350(/)	Ensaio para determinacao, em laboratorio, do Peso Especifico Aparente de amostra de solo, de acordo com as recomendacoes da NBR6457.(desonerado)	un	65,0000	105,76	6.874,40



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041 Processo : HBT-PRO-2025/01357 Ano/ Mes de referencia : 2025/08 Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVIÇOS TÉCNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITÓRIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: LEVANTAMENTOS

Item 	Código	Especificação 	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
19	AD04050450(/)	Ensaio para determinacao do Indice de Suporte California (CBR) - 3 pontos - obtido com energia Proctor Normal, atraves de, no minimo, 5 corpos de prova, conforme recomendacoes da NBR9895.(desonerado)	un	65,0000	1.917,46	124.634,90
20	AD04050703(/)	Sondagem manual com trado e cavadeira, por metro linear ou fracao.(desonerado)	m	1300,0000	223,48	290.524,00
21	AD04200050(/)	Sondagem a percussao com diametro ate 3", com ensaio de penetracao (SPT) a cada metro, incluindo relatorio contendo classificacao tatil visual das amostras, perfis individuais dos furos, planta de localizacao e respectivas cotas das sondagens. Inclui deslocamento ate 50m de distancia e instalacao do tripe em cada furo dentro do canteiro, excluindo mobilizacao e desmobilizacao.(desonerado)	m	3900,0000	112,10	437.190,00
22	AD14120050(/)	Mobilizacao e desmobilizacao de equipe de ensaios tecnologicos, considerando o transporte ate 50 km. (desonerado)	un	26,0000	3.350,07	87.101,82
23	IE00044505	Levantamento topografico, planialtimetrico e cadastral, executado de acordo com as especificacoes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em favelas, considerando cotas de soleira e sanitarios, medicao de lotes, posteamento e demais elementos naturais existentes, considerando a área acima de 10ha, elaborado na escala 1:500, sendo os primeiros 10ha medidos como o item SE 19.10.2050 .(desonerado)	m	45000,0000	3,22	144.900,00
Total da Planilha						3.788.520,78 5,6925(%)
Total do Subsistema						3.788.520,78 5,6925 (%)
Total do Sistema						3.788.520,78 5,6925 (%)



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041

Processo : HBT-PRO-2025/01357

Ano/ Mes de referencia : 2025/08

Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: PROJETOS

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
1	SE24050200(/)	Projeto executivo de sistema de drenagem, em Autocad, em area acima de 20.000m2.(desonerado)	m2	745740,0000	0,97	723.367,80
2	SE24100050(A)	Projeto basico para urbanizacao/reurbanizacao de areas, visando a organizacao espacial e das atividades, devendo contemplar: sistema viario (loais para carga e descarga, estacionamento, parada para onibus e etc, faixa exclusiva, sinalizacao e desenho geometrico), passeios, pracas, arborizacao, iluminacao com criterios luminotecnicos, distribuicao e integracao do mobiliario urbano e equipamentos urbanos, inclusive diagnostico urbanistico e de infra-estrutura da area de projeto, levantamento dos projetos pertinentes existentes nas diversas esferas governamentais, concessionarias e permissionarios de servicos publico, aprovacoes pertinentes e a coordenacao dos projetos complementares, apresentado em Autocad nos padroes da contratante.(desonerado)	ha	90,0000	118.487,12	10.663.840,80
3	SE24100100(A)	Projeto executivo para urbanizacao/reurbanizacao de areas, visando a organizacao espacial e das atividades, devendo contemplar: sistema viario (loais para carga e descarga, faixa exclusiva e desenho geometrico), passeios, pracas, arborizacao, iluminacao com criterios luminotecnicos, distribuicao e integracao do mobiliario urbano e equipamentos urbanos, apresentado em Autocad nos padroes da contratante, inclusive as aprovacoes pertinentes e coordenacao dos projetos complementares.(desonerado)	ha	15,4300	185.546,66	2.862.984,96
4	SE24200050(A)	Projeto basico de para predios culturais de ate 500m2, apresentado em Autocad for Windows nos padroes da contratante, inclusive as legalizacoes pertinentes e a coordenacao dos projetos complementares.(desonerado)	m2	2000,0000	174,28	348.560,00
5	SE24200350(A)	Projeto estrutural para predios culturais ate 500m2, apresentado em disquete, sendo o arquivo compativel com o Autocad da Autodesk, e uma copia em papel vegetal nos padroes da contratante constando de plantas de forma, armacao e detalhes, de acordo com a ABNT.(desonerado)	m2	2000,0000	144,97	289.940,00
6	SE24250050(A)	Projeto basico de arquitetura para predios escolares e/ou administrativos de ate 500m2 apresentado em Autocad for Windows nos padroes da contratante, inclusive as legalizacoes pertinentes e a coordenacao dos projetos complementares.(desonerado)	m2	2800,0000	116,48	326.144,00
7	SE24250350(A)	Projeto estrutural para predios escolares e administrativos de ate 500m2 apresentado em disquete, sendo o arquivo compativel com o Autocad da Autodesk, e uma copia em papel vegetal nos padroes da contratante constando de plantas de forma, armacao e detalhes, de acordo com a ABNT.(desonerado)	m2	2800,0000	122,90	344.120,00



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041

Processo : HBT-PRO-2025/01357

Ano/ Mes de referencia : 2025/08

Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVICOS TECNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: PROJETOS

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
8	SE24350050(A)	Projeto basico de arquitetura para habitacao/ edificios de ate 6000m2, apresentado em Autocad for Windows nos padroes da contratante, inclusive as legalizacoes pertinentes e a coordenacao dos projetos complementares.(desonerado)	m2	1600,0000	113,84	182.144,00
9	SE24400350(A)	Fornecimento de projeto executivo de instalacao de incendio em Autocad aprovado na concessionaria em habitacoes/edificios com ate 500m2 de area.(desonerado)	m2	8000,0000	17,00	136.000,00
10	SE24450400(A)	Fornecimento de projeto executivo de instalacao de gas em Autocad aprovado na concessionaria em habitacao/ loteamento com ate 12000m2 de area.(desonerado)	m2	8000,0000	4,51	36.080,00
11	SE24600400(A)	Projeto executivo de instalacao de esgoto sanitario e aguas pluviais em Autocad aprovado na concessionaria em urbanizacao, considerando a area acima de 15000m2.(desonerado)	m2	154260,0000	1,42	219.049,20
12	SE24600450(A)	Fornecimento de projeto executivo de instalacao de esgoto sanitario e aguas pluviais em Autocad aprovado na concessionaria em habitacao/ loteamento com ate 12000m2 de area.(desonerado)	m2	8000,0000	12,73	101.840,00
13	SE24650350(A)	Fornecimento de projeto executivo de instalacao de agua em Autocad aprovado na concessionaria em habitacoes/edificios com ate 500m2 de area.(desonerado)	m2	8000,0000	25,15	201.200,00
14	SE24650550(A)	Fornecimento de projeto executivo de instalacao de agua em Autocad aprovado na concessionaria em urbanizacao considerando a area acima de 15000m2.(desonerado)	m2	154260,0000	1,45	223.677,00
15	SE24700350(A)	Fornecimento de projeto executivo de instalacao eletrica em Autocad aprovado na concessionaria em habitacoes/edificios com ate 500m2 de area.(desonerado)	m2	8000,0000	33,77	270.160,00
16	AD29050050(B)	Relatorio final de obras ou servicos de engenharia, incluindo desenhos tamanho A-1 em "Autocad for Windows", registro fotografico dos servicos com fotos (10x15)cm acompanhadas de legendas e indicacao da localizacao, informacoes contratuais, planilha orcamentaria e descricao do escopo dos servicos, realizados, todos com texto em "Word for Windows", conforme recomendacoes e especificacoes do orgao contratante. O Relatorio devera ser apresentado em duas vias (original e copia) encadernadas e acompanhadas de copia digitalizada e armazenada em "DVD Rom". O item devera ser medido pelo numero de pranchas originais que compoe o relatorio.(desonerado)	un	13,0000	2.623,35	34.103,55
17	IE00044508	Projeto básico de instalação de esgoto sanitário e águas pluviais para urbanização acima 15000m, , apresentado em Autocad, inclusive as legalizações pertinentes. (desonerado)	m,	900000,0000	0,59	531.000,00
18	IE00044507	Projeto básico de instalação hidráulica para urbanização acima de 15000m, , apresentado em Autocad, inclusive as legalizações pertinentes. (desonerado)	m,	900000,0000	0,59	531.000,00
19	IE00044500	Projeto básico estrutural para estabilização geotécnica em intervenções com desnível acima de 8,01m sendo medido pela faixa da projeção vertical da área de intervenção para obras com projeção acima de 150m, . (desonerado)	m,	500,0000	73,63	36.815,00



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041 Processo : HBT-PRO-2025/01357 Ano/ Mes de referencia : 2025/08 Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

SISTEMA: SERVIÇOS TÉCNICOS

SUBSISTEMA: SERV. DE ESCRITÓRIO, LAB. E CAMPO

PLANILHA: PROJETOS

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo (R\$)	Custo Parcial (R\$)
20	IE00044495	Projeto básico estrutural para estabilização geotécnica em intervenções com desnível acima de 8,01m sendo medido pela faixa da projeção vertical da área de intervenção para obras com projeção de até 50m. (desonerado)	m.	500,0000	123,68	61.840,00
21	IE00044494	Projeto básico estrutural para estabilização geotécnica em intervenções com desnível acima de 8,01m sendo medido pela faixa da projeção vertical da área de intervenção para obras com projeção entre 50,01m e 150m. (desonerado)	m.	500,0000	100,13	50.065,00
22	IE00044492	Projeto básico estrutural para estabilização geotécnica em intervenções com desnível entre 1,40m e 4,00m sendo medido pela faixa da projeção vertical da área de intervenção para obras com projeção acima de 150m. (desonerado)	m.	1500,0000	44,33	66.495,00
23	IE00044499	Projeto básico estrutural para estabilização geotécnica em intervenções com desnível entre 1,40m e 4,00m sendo medido pela faixa da projeção vertical da área de intervenção para obras com projeção de até 50m. (desonerado)	m.	1500,0000	74,74	112.110,00
24	IE00044493	Projeto básico estrutural para estabilização geotécnica em intervenções com desnível entre 1,40m e 4,00m sendo medido pela faixa da projeção vertical da área de intervenção para obras com projeção entre 50,01m e 150m. (desonerado)	m.	2000,0000	59,99	119.980,00
25	IE00044496	Projeto básico estrutural para estabilização geotécnica em intervenções com desnível entre 4,01m e 8,00m sendo medido pela faixa da projeção vertical da área de intervenção para obras com projeção acima de 150m. (desonerado)	m.	1000,0000	57,65	57.650,00
26	IE00044497	Projeto básico estrutural para estabilização geotécnica em intervenções com desnível entre 4,01m e 8,00m sendo medido pela faixa da projeção vertical da área de intervenção para obras com projeção de até 50m. (desonerado)	m.	1000,0000	98,29	98.290,00
27	IE00044498	Projeto básico estrutural para estabilização geotécnica em intervenções com desnível entre 4,01m e 8,00m sendo medido pela faixa da projeção vertical da área de intervenção para obras com projeção entre 50,01m e 150m. (desonerado)	m.	1500,0000	77,97	116.955,00
Total da Planilha						18.745.411,31 28,1663(%)
Total do Subsistema						18.745.411,31 28,1662 (%)
Total do Sistema						18.745.411,31 28,1662 (%)



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041 Processo : HBT-PRO-2025/01357 Ano/ Mes de referencia : 2025/08 Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

TOTAL ORÇADO: R\$ 56.409.449,75 **BDI(%):** 18,00 **VALOR DO BDI:** R\$ 10.143.274,26 **VALOR TOTAL:** R\$ 66.552.724,01

SESSENTA E SEIS MILHÕES QUINHENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E UM CENTAVO

Orçamentista:

_____/_____._____-_____
Matrícula

Rubrica



SMH - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ORÇAMENTO POR PLANILHA - INICIAL

EMITIDO EM 17/10/2025 17:33:35

Código : 9.041 Processo : HBT-PRO-2025/01357 Ano/ Mes de referencia : 2025/08 Prazo Previsto : 720 Dias Corridos

FOLHA RESUMO COM OS TOTAIS DAS PLANILHAS		Valor(R\$)	Percentual(%)
ADM LOCAL		2.293.256,16	3,4457
APOIO OBRAS		22.004.151,12	33,0627
APOIO PROJETOS		11.145.440,64	16,7467
EQ APOIO SOCIAL		8.575.944,00	12,8859
LEVANTAMENTOS		3.788.520,78	5,6925
PROJETOS		18.745.411,31	28,1662
SERV. DE ESCRITORIO, LAB. E CAMPO	Total por Subsistema:	66.552.724,01	99,9999
SERVICOS TECNICOS	Total por Sistema:	66.552.724,01	99,9999
TOTAL DO ORÇAMENTO:		66.552.724,01	100,00

TOTAL ORÇADO: R\$ 56.409.449,75 BDI(%): 18,00 VALOR DO BDI: R\$ 10.143.274,26 VALOR TOTAL: R\$ 66.552.724,01

SESSENTA E SEIS MILHÕES QUINHENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E UM CENTAVO

Orçamentista: / . - Rubrica

Matrícula

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO - INICIAL

EMITIDO EM 27/10/2025 11:18:37

Código : 9.041

Processo : HBT-PRO-2025/01357

Ano/Mês de Referência: 2025/08

N.	SISTEMA	VALOR (R\$)	ETAPAS (DIAS)											
			1 (30)	2 (30)	3 (30)	4 (30)	5 (30)	6 (30)	7 (30)	8 (30)	9 (30)	10 (30)	11 (30)	12 (30)
1	SERVICOS TECNICOS													
1.1	ADM LOCAL	2.293.256,16	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11
1.2	APOIO OBRAS	22.004.151,12	581.789,76	698.191,72	755.622,55	870.264,18	985.125,85	985.125,85	1.042.336,64	1.042.336,64	1.042.336,64	1.042.336,64	1.042.336,64	983.365,52
1.3	APOIO PROJETOS	11.145.440,64	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93
1.4	EQ APOIO SOCIAL	8.575.944,00	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41
1.5	LEVANTAMENTOS	3.788.520,78	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43
1.6	PROJETOS	18.745.411,31	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50
Total	EM REAIS		2.457.259,14	2.573.661,10	2.631.091,93	2.745.733,56	2.860.595,23	2.860.595,23	2.917.806,02	2.917.806,02	2.917.806,02	2.917.806,02	2.917.806,02	2.858.834,90
Etapas	EM PERCENTAGEM		3,692199	3,867101	3,953394	4,125651	4,298239	4,298239	4,384202	4,384202	4,384202	4,384202	4,384202	4,295594
Total	EM REAIS		2.457.259,14	5.030.920,24	7.662.012,17	10.407.745,73	13.268.340,96	16.128.936,19	19.046.742,21	21.964.548,23	24.882.354,25	27.800.160,27	30.717.966,29	33.576.801,19
	EM PERCENTAGEM		3,692199	7,559300	11,512694	15,638345	19,936584	24,234823	28,619025	33,003227	37,387429	41,771631	46,155833	50,451427

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO - INICIAL

EMITIDO EM 27/10/2025 11:18:37

Código : 9.041

Processo : HBT-PRO-2025/01357

Ano/Mês de Referência: 2025/08

N.	SISTEMA	VALOR (R\$)	ETAPAS (DIAS)											
			13 (30)	14 (30)	15 (30)	16 (30)	17 (30)	18 (30)	19 (30)	20 (30)	21 (30)	22 (30)	23 (30)	24 (30)
1	SERVICOS TECNICOS													
1.1	ADM LOCAL	2.293.256,16	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,11	89.736,12	229.325,62
1.2	APOIO OBRAS	22.004.151,12	924.174,35	924.174,35	924.174,35	924.174,35	924.174,35	866.743,52	809.532,72	752.101,89	637.460,26	522.598,59	522.598,59	2.201.075,17
1.3	APOIO PROJETOS	11.145.440,64	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.125,93	436.126,11	1.114.544,07
1.4	EQ APOIO SOCIAL	8.575.944,00	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,41	335.580,58	857.594,40
1.5	LEVANTAMENTOS	3.788.520,78	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,43	170.483,53				378.852,08
1.6	PROJETOS	18.745.411,31	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,50	843.543,67				1.874.541,14
Total	EM REAIS		2.799.643,73	2.799.643,73	2.799.643,73	2.799.643,73	2.799.643,73	2.742.212,90	2.685.002,10	2.627.571,54	1.498.902,71	1.384.041,04	1.384.041,40	6.655.932,48
Etapas	EM PERCENTAGEM		4,206655	4,206655	4,206655	4,206655	4,206655	4,120361	4,034398	3,948105	2,252203	2,079615	2,079616	10,001000
Total	EM REAIS		36.376.444,92	39.176.088,65	41.975.732,38	44.775.376,11	47.575.019,84	50.317.232,74	53.002.234,84	55.629.806,38	57.128.709,09	58.512.750,13	59.896.791,53	66.552.724,01
	EM PERCENTAGEM		54,658082	58,864737	63,071392	67,278047	71,484702	75,605063	79,639461	83,587566	85,839769	87,919384	89,999000	100,000000



SMH - Secretaria Municipal de Habitação

CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO - INICIAL

EMITIDO EM 27/10/2025 11:18:37

Código : 9.041

Processo : HBT-PRO-2025/01357

Ano/Mês de Referência: 2025/08

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) _____ [órgão ou entidade *CONTRATANTE*], que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII
DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003
(em papel timbrado da empresa)

_____ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº ____/____
_____ [denominação/razão social da sociedade
empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____,
por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº _____
e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº
14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IX
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO
(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, _____ [nome completo do representante legal da empresa], DECLARO que o(a) Sr(a). _____ [nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao _____ [local ou equipamento visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade _____, nº ____/____, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Profissional indicado pela Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XI
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA
(em papel timbrado da empresa)

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO, que o pagamento dos salários e dos respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários (competência __mês__/_ano__) referentes aos empregados vinculados à execução do objeto contratado por meio da concorrência eletrônica – CO SMH Nº ____/2025 encontram-se regularmente quitados.

Conforme previsto no subitem 20 do edital da concorrência eletrônica – CO SMH Nº ____/2025, encaminho em anexo o comprovante de pagamento das guias de FGTS e INSS relativas ao mês de __mês__/_ano__.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.

Representante Legal da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa).

ANEXO XII
PROPOSTA DE PREÇO

Carimbo do CNPJ

À
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL HABITAÇÃO
Rua Afonso Cavalcanti, 455, Prédio anexo ao CASS, 4º andar, Rio de Janeiro/RJ

A firmaestabelecida
na.....vem apresentar proposta para contratação
de serviço especiais de engenharia de Apoio ao Gerenciamento para realização de projetos,
acompanhamento de Obras e Trabalho Técnico Social em assentamentos informais nas diversas
Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro, objeto da Concorrência Eletrônico n.º
90031/2026, publicado pela Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade do Rio de
Janeiro.

Considerando os preços unitários constantes da planilha de preços da SMH (Anexo III),
apresentamos uma proposta comercial no valor global de R\$(.....).

O preço refere-se ao mês da apresentação desta proposta, nas condições estipuladas no Edital e
seus anexos, às quais declara submeter-se inteiramente.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome
Carteira de Identidade
Cargo
Carimbo da Empresa

Assinatura do Responsável Técnico da Empresa

Nome
Carteira de Identidade
Cargo

Observação;

Para fins de comprovação da exequibilidade de sua proposta, a licitante deverá apresentar, em cumprimento do subitem 11.3.4 do edital;

- I. Curva ABC dos itens de maior impacto financeiro, discriminando serviços e insumos, incluindo equipamentos;
- II. Planilha contendo a real composição dos custos unitários previstos para a execução do objeto a ser contratado com justificativa dos itens que possuem maior vantagem comercial e que permitem oferecer preço abaixo do limite de exequibilidade;
- III. Apresentação de cotações de mercado de insumos, incluindo equipamentos e materiais de maior relevância financeira (faixa A da Curva ABC) ou comprovação formal de estoque existente, por meio de registros contábeis ou inventários atualizados.
- IV. Apresentação da conformidade dos custos de mão de obra com os pisos salariais previstos em convenções coletivas e legislação vigente no Estado do Rio de Janeiro.
- V. Justificativa(s) técnica(s) e/ou comercial(is) que demonstre(m) o custo de oportunidade e a viabilidade econômica da proposta apresentada;
- VI. Declaração formal da licitante atestando que o desconto ofertado não compromete o padrão de qualidade, o prazo e a segurança na execução do objeto a ser contratado.